Joana da Silva Furtado

Visibilidades e Invisibilidades

da Deportação: um estudo sobre mulheres açorianas deportadas

Tese de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, apresentado

à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e à Faculdade de Economia

sob orientação da Professora Doutora Helena Neves Almeida

Coimbra, 2012



Joana da Silva Furtado

Visibilidades e Invisibilidades da Deportação: um estudo sobre mulheres açorianas deportadas

Tese de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, apresentado

à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e à Faculdade de Economia

sob orientação da Professora Doutora Helena Neves Almeida

Coimbra, 2012



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**AGRADECIMENTOS**

Quero começar por agradecer à minha Orientadora do Mestrado, a Professora Doutora Helena Neves Almeida, que desde o início desta viagem (sim, porque esta investigação foi uma viagem de aprendizagem), me apoiou e acreditou sempre em mim, aguçando-me a curiosidade e a criatividade. Para si, um obrigado especial. Obrigada pelo seu tempo e dedicação. Obrigada pela sua disponibilidade e orientação. Sem as suas sugestões e conselhos, teria sido impossível a elaboração desta investigação

Obrigada a todos e todas que, próximos/as da realidade investigada, me forneceram informações e dados essenciais para a concretização desta tese, nomeadamente, a Dra. Suzete Frias, o Dr. Paulo Fontes e a Dra. Helena Marques que, com as suas perspetivas da problemática, me ajudaram a construir a tese e a visibilizar o assunto. Agradeço, igualmente, aos(às) profissionais das instituições contempladas no estudo, pela sua disponibilidade e simpatia.

Um enorme obrigado às mulheres entrevistadas, sem as quais seria impossível a realização desta tese. Obrigada pela sua disponibilidade, simpatia e sinceridade. Ajudaram-me, principalmente, a desconstruir preconceitos que eu própria tinha sobre a problemática da deportação e abriram, sem dúvida, portas a novas amizades. Ter tido a oportunidade de conhecê-las e entendê-las foi a maior das aprendizagens e um grande privilégio.

Por último, mas não menos importante, um grande obrigado às minhas várias famílias. À primeira, os meus pais e a minha irmã que, desde sempre, acreditam em mim e naquilo que sou capaz de concretizar. À família de amigos e amigas que, em São Miguel, tiveram a maior das paciências para ouvir todas as minhas dúvidas e desabafos e sempre me apoiaram e aconselharam. E, por fim, obrigada à minha família mais recente, criada aqui em Coimbra, que na casa partilhada que é a nossa, a Real República Pra-Kys-Tão, me tem, tal como um trampolim, proporcionado saltos gigantes a novas descobertas.

**RESUMO**

A presente investigação aborda um fenómeno social que tem, recentemente, sido entendido como uma problemática em crescimento significativo: a deportação, dos Estados Unidos da América, de indivíduos que, não naturalizados como cidadãos e, cometendo um crime ou ilegalidade segundo leis desse país, são deportados, como penalização, para o seu local de nascimento que, neste caso são os Açores, contexto insular onde decorre este fenómeno. A investigação foca o fenómeno da deportação na perspetiva das mulheres que foram alvo dela, expondo visibilidades e invisibilidades no que concerne a sua integração social na sociedade açoriana. Neste contexto, analisa-se o percurso que desencadeou a deportação, os seus procedimentos e as consequências que acarreta.

A elaboração da investigação assentou na pesquisa bibliográfica e estudo de cinco casos de mulheres deportadas para os Açores, especificamente, para a ilha de São Miguel. A par das entrevistas realizadas a essas mulheres, concretizaram-se outras três, a interventores sociais de diferentes entidades que atuam diretamente com esse público. Na sequência das informações obtidas, a investigação conclui numa análise global das diferentes perspetivas sobre o fenómeno, salientando a importância do associativismo e, relacionado com este, o desempenho das entidades junto das mulheres deportadas.

Palavras-chave: deportação, exclusão social no feminino, associativismo.

**Abstract**

The present investigation describes a social phenomenon that has, recently, been connoted as a significantly growing social problem: the deportation of individuals from the United States of America because they were not naturalized as citizens and committed a crime that, by law, can lead to their deportation, as a penalty, to their birth place, the Azores, the specific place where this problem occurs. The investigation focuses the deportation phenomenon on the perspective of the women that experienced it, revealing the visibilities and invisibilities associated to their social integration in the azorean society. In this context, the course that led to the deportation is analyzed, along with its procedures and its consequences.

The elaboration of the investigation was based on bibliographical research and the study of five cases of women that were deported to the Azores, specifically, to the island of São Miguel. Alongside these interviews, there were made three other to social interventionists that work directly with them. In the sequence of the information obtained, the investigation concludes on a global analysis of the different perspectives of the phenomenon, underlining the importance of associations and, related to it, the performance of the institutions that intervene with the deported women.

Key-words: deportation, social exclusion of women, associations.

**Resumen**

La presente investigación aborda un fenómeno social que ha sido recientemente entendido como una problemática en crecimiento significativo: la deportación, de los Estados Unidos de América, de indivíduos que, no naturalizados como ciudadanos y, cometendo un crime o ilegalidad segun las leyes de esse país, son deportados, como penalización, a su local de nacimiento, que en este caso son los Azores, contexto insular, donde ocurre este fenómeno. La investigación centra el fenómeno de deportación en la perspectiva de las mujeres que la han passado, relatando visibilidades e invisibilidades asociadas a su integración social en la sociedad azoreana. En este contexto, se analiza el precursor que desencadeó la deportación, sus procedimientos y las consecuencias que este acarrea.

La elaboración de la investigación asentó en la pesquisa bibliográfica e el estúdio de cinco casos de mujeres deportadas para los Azores, especificamiente, para la isla de São Miguel. A la vez de las entrevistas realizadas a las mujeres, se elaboraran otras tres a interventores sociales de diferentes organizaciones que trabajan directamente con eso público. En consecuencia de la información obtenida, la investigación concluye en una análisis global de las diferentes pespectivas sobre el fenómeno, subrrayando la importancia del asociativismo y, relacionado con este, el rendimiento de las organizaciones que trabajan con las mujeres deportadas.

Palabras-claves: deportación, exclusión social en el femenino, asociativismo.

**LISTA DE ABREVIATURAS**

ARRISCA – Associação Regional de Reabilitação e Integração Sócio-Cultural dos Açores

C.A.R. – Centro de Apoio ao Repatriado

C.A.T.E. – Centro de Acolhimento Temporário de Emergência

CBP – Costums and Border Protection

C.I.P.A. – Centro de Informação, Promoção e Acompanhamento de Políticas de Igualdade

DGRS – Direção Geral de Reinserção Social

DHS – Department of Homeland Security

E.U.A. – Estados Unidos da América

ICE – Immigration and Costums Enforcement

IDSA – Instituto de Desenvolvimento Social dos Açores

IIRIRA – Illegal Immigration Reform and Immigrant Responsibility Act

IRCA – Immigrant Reform and Immigrant Responsibility Act

N. B. I. A. C. - New Bedford Immigrants´ Assistance Center

NTA – Notice to Appear

PROSA – Programa Social de Ocupação de Adultos

PRWO – Personnal Responsibility and Work Opportunity Act

PSP – Polícia de Segurança Pública

**ÍNDICE DE TABELAS**

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Pág.** |
| **Tabela 1: Legislação promulgada e implicações no processo de deportação** | 23 |
| **Tabela 2: Semelhanças e Contrastes no Perfil das Mulheres Deportadas** | 58 |
| **Tabela 3: Caracterização das associações ARRISCA e Novo Dia** | 71 |

**ÍNDICE DE GRÁFICOS**

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Pág.** |
| **Gráfico 1: Evolução do número de emigrantes dos Açores (1900-2007)** | 17 |
| **Gráfico 2: Total de deportados(as) para os Açores por ano (1987-2007)** | 29 |
| **Gráfico 3: Deportação de mulheres para os Açores por ano e por país de origem (1992-2012)** | 30 |
| **Gráfico 4: Deportação de homens para os Açores por ano e por país de origem (1987-2012)** | 31 |

**ÍNDICE GERAL**

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Pág.** |
| **INTRODUÇÃO** | 11 |
| **CAPÍTULO I – EMIGRAÇÃO E DEPORTAÇÃO** | 13 |
| **1. A Emigração Açoriana para os Estados Unidos da América** | 13 |
| **1.1. Migrações** | 13 |
| **1.2. A Emigração** | 14 |
| **1.3. A Emigração Açoriana** | 15 |
| **2. A Política de Imigração dos Estados Unidos da América** | 20 |
| **2.1. A Lei Americana de Deportação** | 22 |
| **2.2. Critérios da Lei de Deportação** | 24 |
| **2.3. O Processo de Deportação** | 26 |
|  |  |
| **CAPÍTULO II – DEPORTAÇÃO DE MULHERES PARA OS AÇORES: QUESTÕES METODOLÒGICAS DA PESQUISA** | 29 |
| **1. Problema de Pesquisa** | 29 |
| **2. Objetivos da Pesquisa** | 32 |
| **3. Opções Metodológicas** | 33 |
| **3.1. O Método de Investigação** | 33 |
| **3.2. Técnicas e Procedimentos de Pesquisa** | 34 |
| **3.2.1. O Estudo de Caso** | 34 |
| **3.2.2. A Entrevista** | 35 |
| **3.3. O Processo da Amostragem** | 36 |
| **3.4. As Exigências da Pesquisa de Terreno** | 37 |
| **3.5. O Processo de Tratamento da Informação** | 38 |
| **3.6. A Validação dos Dados** | 40 |
|  |  |
| **CAPÍTULO III – VISIBILIDADES E INVISIBILIDADES DA DEPORTAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DE MULHERES AÇORIANAS** | 42 |
| **1. Traços Comuns e Diferenciados de Vivências Pessoais** | 42 |
| **1.1. O Perfil Demográfico** | 42 |
| **1.2. Trajetórias de Vida** | 44 |
| **1.3. Perceções sobre a Integração Social** | 49 |
| **1.4. Síntese Analítica** | 52 |
| **2. A Exclusão Social como consequência da Deportação** | 62 |
| **2.1. A Exclusão Social na Perspetiva Feminina** | 63 |
| **3. Que entidades intervêm, na ilha de São Miguel, no âmbito da Deportação?** | 66 |
| **3.1. A ARRISCA** | 67 |
| **3.2. A Novo Dia** | 69 |
| **4. Perceções sobre a Integração das Mulheres Deportadas** | 76 |
|  |  |
| **5. CONCLUSÃO: Que futuro para as Mulheres Deportadas?** | 80 |
|  |  |
| **6. BIBLIOGRAFIA** | 83 |
|  |  |
| **ANEXOS** |  |

**INTRODUÇÃO**

A presente investigação emerge da vontade de explorar um tema pouco explorado: o fenómeno da deportação na perspetiva das mulheres que a vivenciaram como sujeitos e objetos e que, diariamente, se confrontam com essa realidade. Mulheres, cujo percurso de vida, desde a infância e/ou adolescência, residiram nos Estados Unidos da América e que, por um infortúnio acaso, no seu ponto de vista, foram penalizadas pelos crimes que cometeram com a deportação para os Açores, ilhas que as viram nascer e partir em tenra idade. Infortúnio para si, questão política para esse país que utiliza a deportação como uma das penalizações para indivíduos que, perante a lei, são identificados como não cidadãos. É de salientar, então, que este é um fenómeno específico, até hoje, pouco explorado, existindo escassa bibliografia que aborda o assunto, no entanto, na perspetiva dos homens, maioria da população do grupo dos indivíduos deportados. Optou-se por aprofundar o tema, tendo em conta a particularidade do fenómeno no feminino, minoria dentro da minoria que representa esse público.

Investigar a problemática da deportação e qual o seu impacto na vida das mulheres que foram alvo dela, implicou um posicionamento analítico, num domínio pouco explorado em que, para adquirir conhecimento válido sobre o fenómeno, se traçaram alguns objetivos orientados para a sua compreensão global. Por um lado, concretizaram-se entrevistas às próprias mulheres deportadas, explorando os seus percursos e trajetórias, enfatizando vários momentos da sua vida e dando especial destaque ao processo de deportação por que passaram até ao momento atual, para a apreensão das consequências que daí derivaram. Por outro lado, entrevistaram-se profissionais que intervêm diretamente com o público deportado e que, por esse motivo, estão mais próximos da realidade vivenciada por aquelas mulheres, conhecendo não só as suas subjetividades mas, também, a complexidade objetiva do fenómeno em questão. O conhecimento que se obteve do cruzamento das perspetivas dos diferentes atores envolvidos, resultou na análise global da problemática, em que visibilidades e invisibilidades da situação das mulheres deportadas foram reveladas, principalmente, no que concerne a sua integração social na sociedade açoriana.

A presente investigação foi proposta e elaborada, entre os anos letivos de 2010/2012, no âmbito do Mestrado de Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, parceria concretizada entre a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Mestrado que, numa pluralidade de diferentes disciplinas, assenta na transmissão e aprofundamento de problemáticas que ocorrem na atualidade, propondo estratégias e práticas de intervenção social e, acima de tudo, um novo olhar sobre essas problemáticas capaz de desencadear ações empreendedoras no sentido de soluções inovadoras. Assim sendo, “(…) visa promover e consolidar competências analíticas, de planeamento e de intervenção social, a nível global e local, potenciando a emergência de respostas criativas e reflexivas face a cenários de vulnerabilidade, exclusão, desigualdades sócio-económico-culturais, precarização e sofrimento social.”[[1]](#footnote-1) A presente investigação enquadra a problemática investigada nos pressupostos de questionamento e análise da realidade a fim de construir e formular conhecimento com base no método científico.

Relativamente à estrutura da tese, esta segue as normas orientadoras solicitadas pelo Mestrado, constituindo-se em três capítulos gerais: I) o enquadramento teórico da problemática, demonstrativo da sua pertinência científica, política e social; II) os procedimentos metodológicos levados a cabo a fim de determinar e fundamentar os objetivos propostos e as opções efetuadas; e III) a análise dos resultados que se obtiveram com a investigação. Como tal, o primeiro capítulo, centra, por um lado, a evolução da emigração açoriana para os Estados Unidos da América, enquadrando-a nas linhas gerais das políticas de imigração americanas. Por outro lado, explicita o fenómeno da deportação como medida dessas mesmas políticas. No segundo capítulo, indicam-se e justificam-se os procedimentos metodológicos utilizados para a obtenção de informação sobre a problemática e que tornaram possível a produção de conhecimento científico acerca da mesma. No terceiro capítulo, aprofundam-se as consequências do processo de deportação traduzidas em processos de exclusão social que se acentuam no caso das mulheres deportadas. Por último, a tese conclui na análise global do fenómeno da deportação de mulheres açorianas, tendo em conta as diferentes informações obtidas no percurso da investigação.

**CAPÍTULO I – EMIGRAÇÃO E DEPORTAÇÃO**

**1. A Emigração Açoriana para os Estados Unidos da América**

***1.1. Migrações***

As migrações, de um modo geral, referem-se a toda a movimentação ou deslocamento de uma população, de um grupo de pessoas ou de um indivíduo por si, de um determinado local para outro, implicando uma mudança de residência. São fenómenos tão antigos como a espécie humana e têm variado ao longo dos tempos pelas mais diversas razões. Recuando milhares de anos, as primeiras migrações humanas ocorriam, principalmente, por razões de subsistência. Tanto homens como mulheres percorriam largos quilómetros em busca de alimentos que adquiriam, basicamente, na caça de animais. Com o advento da agricultura, os seres humanos optaram por fixar-se em determinados locais tendo causado, deste modo, o surgimento das primeiras povoações espalhadas pelos vários continentes. Povoações que a seu tempo, se transformaram em civilizações e que, no seu seio e dependendo do seu contexto, criaram modos de vida e modos de pensamento. No entanto, e apesar do estabelecimento em determinado local e da evolução das próprias civilizações, o ser humano sempre encontrou motivos para migrar: motivos raciais, étnicos, religiosos, políticos, sociais, económicos, profissionais, climatéricos, etc. Por qualquer um desses motivos, o grande objetivo das migrações é, sem dúvida, a busca de melhores condições de vida. Neste ato migratório, as causas podem ser repulsivas, isto é, quando o indivíduo é obrigado a migrar ou atrativas, ou seja, quando o indivíduo é atraído para um determinado local.

As migrações desenham e redesenham os territórios a as populações. Influenciam a dimensão das populações na origem e no destino; podem ocorrer por motivos económicos quando subsistam desequilíbrios económicos dentro de uma mesma população; podem ter influência, também, na política, uma vez que definem critérios a aplicar àqueles que pretendem atravessar fronteiras e aos países de acolhimento; envolvem psicologia social, ou seja, o indivíduo que migra passa por um processo de tomada de decisões antes e depois da sua partida que terão um papel fundamental na forma como se integra na sociedade de acolhimento; e são um fenómeno sociológico, uma vez que afetam não só a estrutura social e o sistema cultural do país de origem e do país de acolhimento como afetam o próprio migrante (Jansen, 1969, cit. Peixoto, 2004:4).

É de salientar que as migrações se apresentam sob duas formas distintas: a *emigração* e a *imigração* dependendo da perspetiva de quem concretiza a migração e de quem a acolhe. Por um lado, a emigração é o processo pelo qual as pessoas deixam o país para se estabelecer noutro e, por outro lado, a imigração é o movimento de pessoas para um país onde se estabelecem. Ambos se combinam para produzir padrões globais de migração que ligam estre si os países de origem e os países de destino, resultando no aumento da diversidade étnica e cultural de muitas sociedades e no desenvolvimento das dinâmicas demográfica, económica e social (Giddens, 2004:260).

***1.2. A Emigração***

Como referido, as migrações são movimentos tão antigos quanto o ser humano que traçam a História e transformam o mundo. O conceito de emigração, contudo, só existe juridicamente após o surgimento das fronteiras políticas dos países. Emigrar é um ato de migrar. É o ato de deixar o país de origem optando por viver noutro, por estabelecer uma nova vida com uma nova morada. Como qualquer migração, as causas que originam a emigração cruzam-se com motivos económicos, políticos, religiosos, afetivos, climatéricos e/ou motivos associados a guerras. A maioria das pessoas que emigra procura construir um novo projeto de vida em que a busca de melhores condições e maior qualidade de vida se torna a finalidade a alcançar. Os emigrantes são, portanto, atores num processo de mobilidade, ao passar de um contexto social para outro (Rodrigues, 2010:44,45). Transportam consigo hábitos, crenças, valores, costumes, tradições, enfim, toda uma panóplia de diferentes características assentes na sua identidade cultural capaz de transformar o novo território que os acolhe. Em contrapartida, são capazes de assimilar diferentes características inerentes ao local para onde decidem emigrar, isto é, o país de acolhimento.

No que concerne a definição de políticas migratórias, estas cabem, essencialmente ao Estado, no exercício do seu poder. Como nos diz Baganha (2001), as políticas migratórias são traçadas de forma mais ou menos restritiva tendo em conta que estabelecem e controlam quem tem acesso e quem pode permanecer no respetivo território nacional. É a soberania dos países que, regulada pelos princípios constitucionais, pela sua legislação e estabelecimento de fronteiras, define a imigração promulgando e implementando legislação que visa regulamentar os seguintes aspetos da relação cidadão estrangeiro e Estado nacional: entrada, permanência, aquisição de nacionalidade e expulsão do território nacional. É de salientar, igualmente, que qualquer política migratória segue duas orientações diferentes: por um lado, estabelece a questão quantitativa, isto é, quantos imigrantes deve o país receber e, por outro lado, estabelece a questão qualitativa, isto é, qual o perfil desses imigrantes. Como afirma G. Borjas (1996 cit. Baganha, 2001), a política a ser implementada depende da forma como se tentar resolver estas duas questões, ou seja, depende do bem-estar que se pretende promover – o dos nacionais, o dos imigrantes, o do resto do mundo, ou uma das possíveis combinações destes três.

No entanto, o que atualmente se constata, é o peso que a economia tem na definição de políticas migratórias. Os governos da maioria dos países que atraem parte significativa da emigração mundial (os países industrializados), fazem questão de sublinhar a importância que a esfera económica tem na definição dessas políticas, nomeadamente, através dos interesses económicos das suas instituições e empresas que, na formulação das suas necessidades, influenciam a delimitam a estrutura do mercado de trabalho e, daí, as políticas e os procedimentos que determinam os fluxos migratórios (Baganha, 2006). Segundo Zolberg, (1989 cit. Baganha, 2001:7) “(…) a livre entrada [de imigrantes] induziria fluxos ilimitados, levando a um afundamento no sentido da equalização mundial e, também, a uma queda violenta nos níveis de emprego e consumo nos países mais desenvolvidos. Dadas estas consequências, não admira que a esmagadora maioria das forças políticas não defenda uma política de porta aberta.” Neste sentido, verifica-se que à definição das políticas migratórias subjazem, principalmente, critérios económicos, não prevalecendo a questão humanitária de acesso e igualdade de direitos para todos os indivíduos mas, sim, o controlo de acesso a cidadãos que preencham os critérios estabelecidos e desejados e o não acesso a cidadãos que não preencham esses mesmos critérios. Passa, então, por controlar e prevenir a entrada de fluxos não desejados (Baganha, 2006:26).

***1.3. A Emigração Açoriana***

Os Açores, tendo em conta a sua localização geográfica e natureza, têm sido, desde a sua descoberta, conotados com processos migratórios ao longo dos séculos, tornando-se um porto de saída de milhares de açorianos que partiram rumo a diferentes continentes, preferencialmente, Brasil, Estados Unidos da América e Canadá (estes dois últimos mais recentemente).

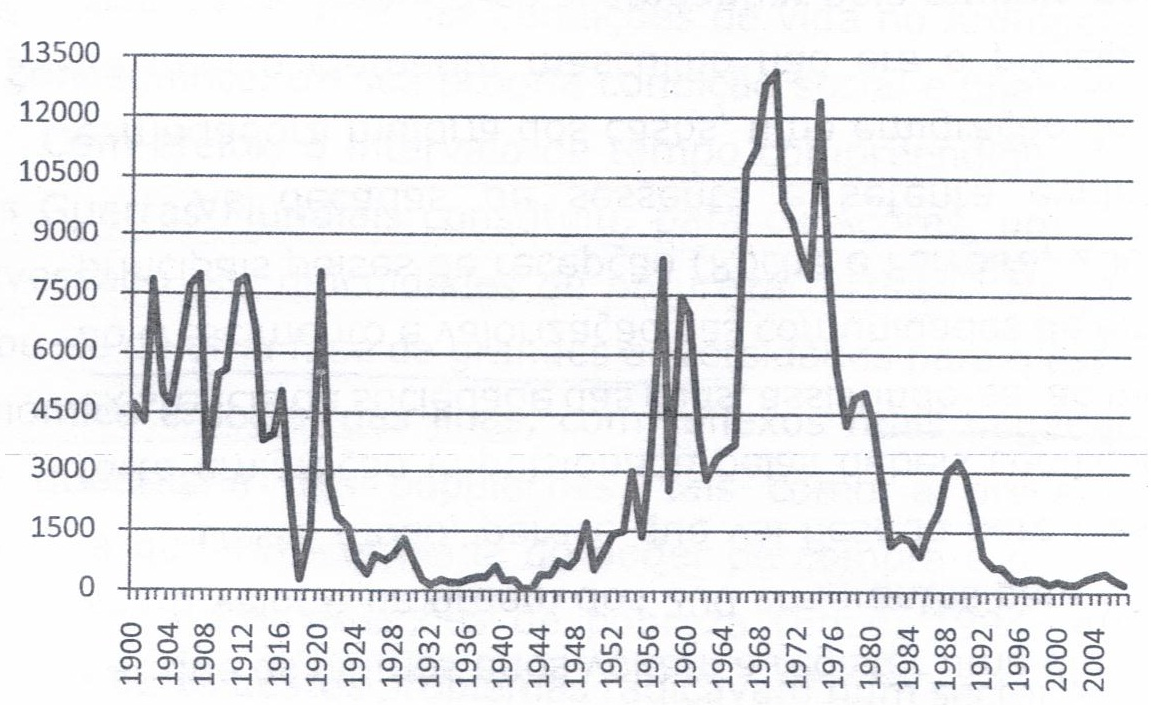
Sendo um arquipélago constituído por ilhas, é normal a construção mental que se cria das ilhas e dos povos insulares: o isolamento (Baldacchino, 2005; Bernardie-Tahir, 2005; Hay, 2006 cit. Henriques, 2010). Todas as ilhas e, muito especialmente as mais pequenas e de localização mais profundamente oceânica e distante, estão naturalmente sujeitas a condições que, ao mesmo tempo que as privam de muito do que ocorre em países rodeados por outros países vizinhos, as tornam particularmente singulares, seja na maneira de ser, seja na maneira de viver. A privação de contactos, a dificuldade de diálogo com o mundo exterior provoca, muitas vezes, a exclusão de inovações que se geram fora. O isolamento é, aliás, ela mesma uma palavra que etimologicamente se associa a ilha - *insula* em latim, que depois originou *isola* nas línguas neolatinas (idem, 2010:279).

Tendo em conta esta ideia, a do isolamento das ilhas, a do mar que as rodeia e que as distancia e separa de tudo, é normal que apresentem uma especial propensão para gerarem emigração. “A explicação para tal tem sido sobretudo encontrada na escassez de recursos, que se acredita ser mais pronunciada nas ilhas, que são espaços limitados, e onde há por isso, senão maiores dificuldades em comportar grandes pressões demográficas, pelo menos uma perceção mais evidente da finitude dos meios. A emigração funcionaria então, à luz desta perspetiva, como uma válvula de escape inevitável para as ilhas, ou, dito noutros termos, um imprescindível mecanismo de ajustamento económico (Royle, 2001 cit. Henriques, 2010:281).

Como ilustrado no Gráfico 1, existem vários períodos históricos que datam os movimentos migratórios açorianos. Segundo bibliografia diversa, os primeiros movimentos reportam-se ao século XVI, pouco depois do início da colonização do arquipélago, sendo intensificados nos séculos XVIII e XIX com destino ao Brasil, Havai e Estados Unidos da América (Santos, 1995 cit. Henriques, 2010). Contudo, é só no início do século XIX, quando as condições económicas se agravam (principalmente para os trabalhadores rurais que cultivavam terras que não lhes pertenciam), que se intensifica, realmente, o fluxo migratório (Rodrigues, 2010:69). O emigrante das primeiras gerações partia sozinho e sem instrução, apenas levando a sua força física, que utiliza nos campos ou nas fábricas do país de acolhimento. Este aceita o trabalho como uma dádiva, apostando no seu esforço e na esperança de melhorar o seu futuro e o da sua família (idem).

A partir dos anos setenta do século XX, a mobilização de trabalhadores para os Estados Unidos da América e Canadá, torna-se um pilar fundamental para as ilhas açorianas (Rocha, 2011: 23). Com a rápida evolução tecnológica a ocorrer noutras partes do mundo, a reduzida dimensão das ilhas e a insularidade revestem-se de um peso cada vez maior. A estrutura económica, política e social das ilhas, acompanhada por escassas oportunidades de trabalho e da inexistente valorização profissional para muitos indivíduos, acarretam reflexos negativos na vida quotidiana das populações, o que funcionou como impulsionador da emigração. É, principalmente, a partir de meados da década de setenta, em época de instabilidade política e económica, que se assiste a um aumento progressivo de emigração para aqueles países. Os indivíduos, ambicionando melhores condições de vida, optaram por deixar para trás as suas terras escapando, deste modo, à precariedade laboral, à quebra acentuada do poder de compra e ao aumento generalizado das situações de pobreza.

**Gráfico 1: Evolução do número de emigrantes dos Açores (1900 – 2007)**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Demográficas,* várias; Serviço Regional de Estatística dos Açores, *Demografia,* várias, Direcção Regional das Comunidades (Rocha, 2011:50)

É a partir desta altura, também, que a emigração se altera, tornando-se do tipo familiar. Assim sendo, o homem deixa de ser o principal sujeito do fenómeno, fazendo-se acompanhar pela mulher, pelos filhos (se estes existissem) e, em muitas situações, por um dos ascendentes de um dos membros do casal. Mesmo nos casos em que foi impossível a saída em grupo, realizada de uma só vez, os que ficavam acabaram por se juntar aos restantes membros da família no país de acolhimento (Rocha, 2011: 52). É importante referir este facto, uma vez que os indivíduos que foram alvo de deportação, na sua maioria, emigraram para os Estados Unidos ou Canadá na altura referida e nas condições apresentadas, ou seja, como os filhos ou filhas de indivíduos emigrantes.

Uma vez instalados no novo país, os emigrantes criaram comunidades açorianas, principalmente, na costa leste dos Estados Unidos, em Massachusetts, Rhode Island, Connecticut e Nova Jérsia, onde passaram a incorporar a massa de trabalhadores da indústria têxtil ou do vestuário. Estabeleceram-se, também, na costa oeste, no estado da Califórnia, onde desde cedo se dedicaram à produção leiteira, frutícola e de vegetais, inicialmente como assalariados e mais tarde como produtores (Santos, 1995, Teixeira, 2009 cit. Henriques, 2010). Por onde se espalharam, esses emigrantes açorianos implementaram velhos costumes e tradições das diferentes ilhas do arquipélago, como por exemplo, festas religiosas, gastronomia e artesanato.

Não alongando esta etapa de todo um processo que conclui na deportação (dos indivíduos em destaque nesta investigação), não deixa de ser, no entanto, fulcral perceber os motivos que conduziram à mesma. Contudo, é a deportação (o seu processo, causas e consequências) que importa esclarecer. É de salientar, contudo, a situação em que se encontraram os emigrantes nos países de acolhimento: “(…) o choque entre os modelos tradicionais de cultura e os modelos que prevalecem no país acolhedor tem, para o emigrado, um significado ambivalente por estar entre dois países e duas culturas e que o leva a debater-se entre a sua conciliação, aculturando-se ou perdendo-se numa existência de não integração, de não pertença aos locais de origem e de destino” (Rodrigues, 2010:69,70). Pode surgir, então, a desmotivação, a desilusão que podem dar origem a vias e comportamentos alternativos como as do desvio, violência, delinquência que conduzem à marginalidade e à exclusão e que culminam na deportação.

Confrontados com o ideal-típico do homem americano, “(…) tipo de homem que não tem nada do que se envergonhar (…),” isto é, a do homem jovem, pai de família, casado, branco, citadino, nórdico, heterossexual, protestante, de educação universitária, bem empregado, de bom aspeto, bom peso, boa altura e praticante de um desporto (Goffman, 1980), não preencher os critérios requeridos pode ser tido como uma forma de desvio à norma estabelecida e, daí, de desvalorização da mesma e dos indivíduos que nela não se enquadram. Aliado ao rótulo de imigrante, nascido noutro país, com cultura, hábitos e língua diferentes, mais alienada se constitui a presença dos emigrantes.

Assim sendo, e apesar de, na sua maioria, se estabelecerem em comunidades que os próprios emigrantes vão construindo e onde implementam os seus costumes, as suas tradições e a sua língua materna, deparam-se, contudo, com o peso da sua própria identidade diferente daquela do país que os acolhe. Como já referido, o choque entre uma cultura e modo de vida diferentes daquela que conhecem pode resultar no dilema da adaptação ou não adaptação na terra que, para eles, despertou tantos sonhos, obrigando-os a repensar e a reformular a ideia que têm de si próprios. Não obstante, concretiza-se, ainda mais acentuadamente, o preconceito[[2]](#footnote-2) e o estereótipo[[3]](#footnote-3) a eles associados e ao seu modo de vida estranho ao olhar dos americanos.

Como nos diz Xiberras (1993:137), a sociedade, ao estabelecer categorias ou quadros sociais que permitem a qualquer indivíduo, face ao desconhecido, classificar os objetos em categorias conhecidas, possibilita a qualquer um prever a categoria à qual pertence e, da mesma maneira, classificar outro numa categoria. E é deste modo que se define a identidade social. No entanto, se o indivíduo desconhecido manifesta a posse de um atributo que o faz cair na ordem dos indivíduos «viciados, amputados, deficitários, desacreditados ou deficientes», é imediatamente reclassificado na categoria dos indivíduos estigmatizados. Deste modo, o grupo minoritário[[4]](#footnote-4), representado pelos emigrantes com os seus modos de vida estranhos é, rapidamente, rotulado de forma negativa o que, por sua vez, dificulta ainda mais a sua integração e adaptação na sociedade americana.

É difícil perceber quando e por que motivo as trajetórias dos(as) descendentes dos emigrantes (que, na presente investigação, representam o público deportado para os Açores), seguem caminhos desviantes. A grande maioria emigrou para os Estados Unidos em idade pré-escolar ou escolar, tendo o seu processo de so­cialização nesses países sido marcado, em muitos casos, pela substituição das redes familiares e escolares pela rua e pelos grupos de pares. Uma vez que os pais possuíam baixa qualificação académica e que, por isso, auferiam baixos salários, eram, muitas vezes, obrigados a trabalhar 12 a 16 horas por dia, o que resultava num vácuo na família e na sua substituição na educação dos filhos. Esta ausência dos pais, a par de outros fatores como o baixo nível de escolaridade e o choque cultural, pode ser apontada como o motivo para a construção de identidades relacionadas com comportamentos desviantes (Cardoso, 2012:65).

Não partilhando das mesmas características e não enquadrado na cultura americana, o emigrante passa, deste modo, a ser visualizado e a visualizar-se a si próprio como um marginal. Como afirma Xiberras, as sociedades de acolhimento, não estando prontas a renunciar à definição das suas representações da norma, obstinam-se a rejeitar todas as camadas, estratos, classes ou indivíduos isolados, tornando-os, mais ou menos, marginais (1993:145). “É, pois, possível definir o marginal como um ser percebido como colocando-se fora do sistema por causa de uma inadaptação qualquer: ele está nos confins, na periferia ou, em todo o caso, para lá da linha do horizonte, o que faz com que os normais tenham dificuldade em percebê-lo” (idem, 1993:148). Passando o rótulo de desviante a fazer parte da identidade do indivíduo, ele, com os seus pares, partilham, no mínimo, o seu desvio, o que lhes dá o sentimento de possuírem um destino comum. Afrontando as mesmas dificuldades, compõem um conjunto de ideias e de pontos de vista, um lote de atividades semelhantes, que pode constituir-se como uma cultura comum. Os grupos, mais do que os indivíduos isolados, são levados a construir justificações históricas, jurídicas, psicológicas, que lhes permitem definir uma identidade que, embora desviante, é na mesma uma identidade (Xiberras, 1993:125). Apreendido e publicamente designado, o desviante adquire, então, uma identidade aos olhos dos outros, assimilando, muitas vezes, essa identidade em si próprio.

**2. A Política de Imigração dos Estados Unidos da América**

A história dos Estados Unidos da América é também a história de milhares de pessoas de diferentes partes do mundo que viram naquele gigantesco pedaço de terra uma porta aberta para uma nova vida. Na sua história, fala-se de uma sociedade construída com o trabalho árduo das massas desfavorecidas de outros países, às quais foi dada a oportunidade de melhorarem as suas vidas nestas paragens (Itzigsohn, 2005). Por motivos diferentes, existiram, existem e continuarão a existir outros tantos milhares que verão naquele continente a terra das oportunidades, «the american dream». Por esse motivo, a história dos Estados Unidos da América é uma história de emigração, por um lado, e imigração, por outro, dependendo da perspetiva de quem a vive. Sendo vista como uma nação de imigrantes, a imigração tem sido grandemente encorajada e a promessa de cidadania estendida aos imigrantes (apesar das restrições e quotas que limitam o seu influxo anual) (Giddens, 2004).

No geral, todos os países têm leis de imigração que têm como finalidade evitar surtos de imigrações maciças que possam pôr em causa o seu funcionamento interno. Essas leis contêm requisitos para que um não-cidadão (ou estrangeiro) possa entrar no país temporariamente ou permanentemente. Os EUA têm uma longa história no que concerne os motivos de entrada e permanência no país para indivíduos que não sejam americanos (Human Rights Watch, 2007). Segundo Kanstroom, os ideais inerentes à imigração e às suas políticas sofreram diferentes fases nos EUA dependendo dos países de proveniência dos imigrantes. “Entre os fatores que afetam as políticas migratórias destaca-se, em primeiro lugar, a grande e recorrente mão-de-obra barata da sua vasta economia, o tipo de trabalho normalmente preenchido pelos imigrantes (Itzigsohn, 2005:66). Na sua maioria, os imigrantes ocupam-se de trabalhos pouco atrativos para o indivíduo americano, em áreas como a indústria alimentar e de vestuário, a condução de táxis, trabalho na construção, agricultura e serviços domésticos (Massey, 2008). Assim sendo, as próprias leis de imigração se têm transformado segundo os valores de cada época.

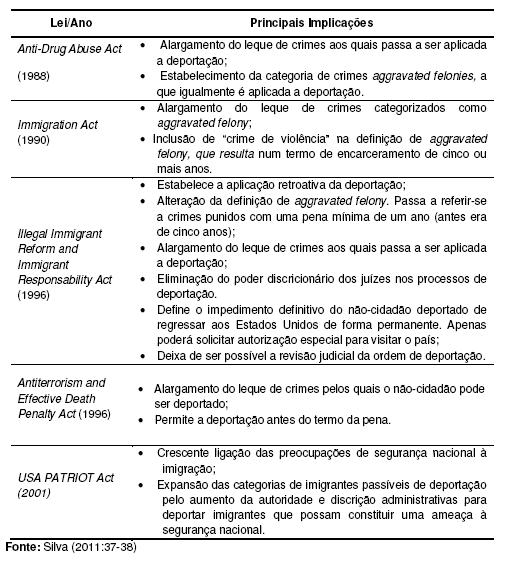
As leis de imigração são parte integral das leis americanas que assentam na cidadania, perda de cidadania e admissão ou remoção de estrangeiros (ou “aliens”, como identificado nesse país). Imigração legal envolve *imigrantes* que sejam indivíduos que procuram estabelecer-se permanentemente no país através da obtenção de um cartão de residente permanente ou “green card” (cartão verde), e *não-imigrantes*, que são indivíduos que procuram estabelecer-se no país temporariamente através da obtenção de um visa (estudantes, refugiados, trabalhadores com visto temporário). A lei de imigração inclui, também, asilo, naturalização, desnaturalização, deportação e crimes associados à imigração (imigração ilegal e trabalho ilegal)[[5]](#footnote-5).

É de salientar que a política americana relativa à imigração e aos imigrantes está longe de ser coerente ou consistente. Passou por vagas de imigrantes bem-vindos, abandono da imigração e nativismo ativo contra imigrantes. “As políticas de imigração americanas têm revelado um grau de abertura sem paralelo no resto do mundo mas, no entanto, também adotaram critérios de exclusão nativistas, racistas e discriminatórios. A razão para este modelo contraditório é que as políticas de imigração americanas respondem a exigências diferentes e muitas vezes incompatíveis” (Itzigsohn, 2005:65,66).

***2.1. A Lei Americana de Deportação***

As políticas de imigração americanas têm sofrido, ao longo das duas últimas décadas, diversas alterações que têm afetado gravemente a vida dos imigrantes. A partir do fim da década de 1970, o surgimento da crise económica deu azo a uma nova vaga de políticas contra a imigração pois, os imigrantes passaram a ser um bode expiatório no discurso político. Tal conduziu a diversas reformas nas leis associadas à política de imigração que, como apresentado na Tabela 1, tiveram diferentes impactes nos procedimentos da deportação. Uma delas foi o Immigrant Reform and Control Act (IRCA ou Lei da Reforma e Controlo da Imigração), em 1986, em que os objetivos passaram a ser a legalização das pessoas indocumentadas residentes nos Estados Unidos e a dissuasão de mais migração. Esta lei incluía uma amnistia para os imigrantes indocumentados e o início da militarização da fronteira. Introduziu, também, pela primeira vez, sanções para os empregadores que contratassem imigrantes indocumentados. Contudo, as consequências não intencionais do IRCA foram a transformação daquilo que, até aí, eram sobretudo migrações circulares em migração permanente e na diminuição do nível salarial dos imigrantes indocumentados e das extremidades inferiores do mercado de trabalho americano, em geral (Massey, Durand e Malone, 2002 cit. Itzigsohn, 2005:67).

Nos anos de 1990, verificou-se outra vaga contra os imigrantes nos Estados Unidos. “(…) Foi expressa em iniciativas legislativas como, por exemplo, a proposta 187, que tentou excluir os imigrantes indocumentados dos serviços públicos.” (Itzigsohn, 2005) Em 1996, o Congresso legislou o Illegal Immigration Reform and Immigrant Responsability Act (IIRIRA ou Lei de Reforma da Imigração Ilegal e da Responsabilidade do Imigrante), que endureceu o controlo nas fronteiras, impediu os imigrantes indocumentados de regularizarem a sua situação, dificultou a obtenção de asilo e alargou os motivos para a deportação dos imigrantes residentes de longa duração. Nesse mesmo ano, o Congresso promulgou uma reforma das leis da assistência social, o Personnal Responsability and Work Opportunity Act (PRWOA ou Lei da Responsabilidade Pessoal e das Oportunidades de Trabalho), que fez da cidadania uma condição de elegibilidade para os subsídios públicos como, por exemplo, a segurança social. Desta forma, o cerne da proposta 187 foi transformado em política nacional que afetou não só os imigrantes indocumentados mas também os residentes legais” (Itzigsohn, 2005:67,68). A ocorrência do 11 de Setembro de 2001, veio piorar ainda mais o cenário para os imigrantes. O USAPATRIOT Act (Lei do Patriotismo Americano), legislado na sequência do ataque, confere ao Departamento de Justiça maiores poderes de detenção e deportação de imigrantes que não detenham a cidadania. (…) Os ataques terroristas deslocaram outra vez o pêndulo para as posições nativistas, suscitando preocupação quanto às liberdades civis dos imigrantes” (idem: 69,70).

**Tabela 1: Legislação promulgada e implicações no processo de deportação****

(Rocha e Borralho, 2012)

***2.2. Critérios da Lei de Deportação***

O Illegal Immigration Reform and Immigrant Responsability Act de 1996, tendo agravado, substancialmente, a situação de imigrantes condenados por algum crime, veio modificar consideravelmente as anteriores leis relativas às responsabilidades dos mesmos. Por outras palavras, esta lei veio definir novos critérios que tornam a deportação de um indivíduo uma medida mais facilmente aplicável. Como por exemplo, ao abrigo da legislação anterior a esta, um crime violento era considerado um crime agravado se estivesse sujeito a uma pena de prisão de pelo menos cinco anos. A lei de 1996 reduziu o limiar dessa pena para um ano (Afonso, 1998:171).

Estando os seus critérios atualmente em vigor, o IIRIRA declara como motivos fundamentais para a deportação (Afonso, 1998):

1. Existência de motivos para recusar admissão no momento da entrada.
2. Outras violações do estatuto de admissão:
3. Entrada não fiscalizada;
4. Não manutenção do estatuto de admissão;
5. Casamento fraudulento.
6. Motivos económicos:
7. O cidadão estrangeiro representa um encargo público;
8. Nova declaração jurada de que o indivíduo possui meios de subsistência próprios.
9. Documentação fraudulenta;
10. Motivos criminais:
11. Crimes que denotam torpitude moral:

- crimes contra pessoa:

- homicídio ;

- homicídio privilegiado.

2. crimes de natureza sexual;

3. crimes contra a propriedade:

- fogo posto;

- chantagem;

- furto, roubo, extorsão;

- posse de bens roubados sabendo que se trata de bens roubados.

4. crimes contra o Estado:

- branqueamento de capitais;

- falsificação;

- perjúrio;

- evasão fiscal intencional;

- fraude postal, fraude contra a segurança social;

- roubo e apropriação ilícita de fundos públicos através da obtenção fraudulenta de subsídios da segurança social.

5. crimes envolvendo fraudes;

6. crime agravado:

- homicídio;

- crimes relacionados com o tráfico de drogas ou qualquer tráfico ilícito de substâncias controladas;

- tráfico ilícito de armas de fogo;

- qualquer delito relacionado com o branqueamento de instrumentos monetários.

Foram adicionadas, também, modificações significativas da definição de crime agravado segundo a Lei da Repressão do Terrorismo e da Pena de Morte Efetiva de 1996 que vieram acrescentar novas categorias:

- jogos de azar;

- promoção da imigração clandestina;

- falsificação, contrafação, mutilação ou alteração de passaportes ou outros instrumentos;

- crimes de fraude envolvendo documentos;

- crimes envolvendo obstrução de justiça, perjúrio ou instigação ao perjúrio e suborno de uma testemunha, aos quais seja aplicável uma pena de pelo menos cinco anos;

- crimes relacionados com corrupção comercial, falsificação, contrafação ou tráfico de veículos, aos quais seja aplicável uma pena de pelo menos cinco anos;

As modificações referidas aumentam consideravelmente o número de crimes que são atualmente considerados como crimes agravados. Nos termos das alterações introduzidas, alguns crimes, incluindo os que envolvem drogas, que são considerados infrações menores ao abrigo da legislação estadual, são agora considerados crimes agravados.

7. crimes violentos:

- qualquer crime envolvendo um elemento de força ou o uso da força, inclusive na forma tentada, contra a pessoa ou a propriedade;

- qualquer outro crime que, pela sua natureza, envolva o risco do uso da força;

8. condenações noutros países:

- qualquer tentativa de, ou conspiração com vista a, praticar qualquer dos atos referidos que tenha lugar dentro dos Estados Unidos.

9. crimes relacionados com droga:

- se em qualquer altura após a entrada no país o cidadão estrangeiro se tornar um toxicodependente ou um consumidor de drogas;

- se tiver sido condenado por uma infração ou conspiração com vista à violação de qualquer lei ou regulamento de um estado dos Estados Unidos ou de um país estrangeiro relacionado com uma substância controlada;

- a posse ilícita, inclusive sob a forma tentada, pode levar a que um cidadão estrangeiro fique sujeito a deportação, medida que também é aplicável se um cidadão estrangeiro facilitar uma venda ilegal.

E , ainda, novos motivos para a deportação:

1. Falsa reivindicação da cidadania dos Estados Unidos;
2. Votar numa eleição dos Estados Unidos;
3. Crimes de violência doméstica;
4. Condenação por fuga a alta velocidade.

Apesar de abrangidos pela mesma lei que confere proteção a qualquer cidadão americano, o estatuto de imigrante vai variando segundo o tempo de permanência no país e segundo os laços que cria. No entanto, na prática de algum dos atos referidos acima facilmente se depreende a fragilidade do estatuto de imigrante.

***2.3. O Processo de Deportação***

Como conceito, deportação refere-se ao ato de deportar, de afastar de um grupo social; significa, também, degredo, banimento, exílio. Juridicamente remete à pena que o Estado impõe ao estrangeiro que se torna nocivo à ordem pública nacional e que consiste em fazê-lo sair do país, não podendo a ele retornar. O deportado, por sua vez, é o que ou quem se deportou; que ou quem foi expulso, banido, exilado de uma sociedade, degredado.[[6]](#footnote-6) **A deportação**é, então, a ação de desterro imposta a grupos de pessoas geralmente por motivos políticos. O termo deportação também é usado em relação aos estrangeiros que se encontram num determinado país em situação ilegal. Tem sido aplicada como castigo, isolamento e escravidão. Assim, deportar é o ato de desterrar para fora de um país resultando no exílio de um indivíduo, de uma família, de um grupo de indivíduos, de uma comunidade. O emigrante que é expulso do país onde reside é, normalmente, designado como deportado ou repatriado, remetendo à ideia de cumprimento de um castigo.

Como constata Cardoso (2012), numa era global cada vez mais marcada pela vertigem securitária, o controlo da entrada, permanência e expulsão de estrangeiros de um país, tem ganho cada vez mais peso nas prerrogativas de cada Estado. Em países que acolhem imigrantes das mais diversas partes do mundo, como os Estados Unidos da América, essa exigência securitária, tem vindo a adotar políticas e molduras legais bastante restritivas e punitivas e que violam, muitas vezes, direitos humanos em prol de uma “nova ideologia nacional de segurança.” Assim, o emigrante, sendo considerado um não-cidadão perante a lei (enquanto não tiver nacionalidade norte-americana) é, rapidamente, associado a uma lógica de criminalização e de estigmatização.

A deportação surge como o resultado da prática de atos considerados crimes pela lei americana por determinados indivíduos: pessoas detentoras de vistos, sejam elas imigrantes legais permanentes ou não; imigrantes a quem tenha acabado o prazo do visto (sem o ter renovado); imigrantes ilegais ou sem papéis; e, não cidadãos (estudantes, refugiados, trabalhadores com visto temporário).

O processo de deportação é complexo e multifacetado. Podendo ser aplicada a qualquer cidadão que entre num país de forma legal ou ilegal, a política de imigração americana traçou dois tipos de controlo aos seus imigrantes: o *extended border control* e o *post-entry social control*. O primeiro tem como finalidade remover não-cidadãos que tenham entrado no país sem preencher os requisitos legais de entrada ou que tenham infringido as leis que regulam a residência temporária (como é o caso de indivíduos que entram no país sem fiscalização ou ultrapassam o período permitido de residência). O segundo tipo de controlo regula a conduta dos indivíduos a quem foi admitida a entrada no país (como por exemplo, estudantes, trabalhadores ou residentes permanentes), mas que se envolvem em atividades não permitidas por lei ou consideradas perigosas (Kanstroom, 2011). O processo de deportação é iniciado através de uma notificação – NTA ou Notice to Appear – enviada pelo Department of Homeland Security (DHS ou Departamento de Segurança Nacional) ao indivíduo que será deportado. Esta notificação ordena a comparência em tribunal perante um Immigration Judge (Juíz de Imigração), subordinado ao U.S. Department of Justice (Departamento de Justiça Americano). Para além disso, a notificação esclarece o motivo dessa comparência, explica de que forma o referido indivíduo infringiu a lei, declara o direito a um advogado de defesa (pelo qual o indivíduo deve pagar) e, por último, apresenta as consequências na ausência de comparência em tribunal.[[7]](#footnote-7)

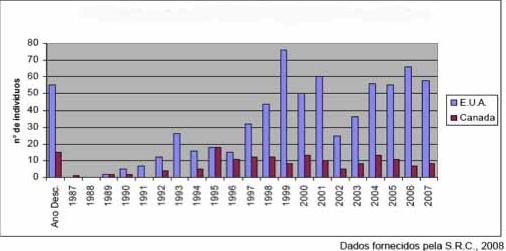
É o Department of Homeland Security que através das suas agências – Immigration and Costums Enforcement (ICE) e o U.S. Costums and Border Protection (CBP) – que controla as entradas e permanências dos imigrantes recorrendo aos tipos de controlo referidos anteriormente. A primeira das agências mencionadas controla a permanência dos imigrantes no país e, a segunda referida, controla as entradas nas fronteiras e portos (Kanstroom, 2011).

**CAPÍTULO II – DEPORTAÇÃO DE MULHERES PARA OS AÇORES: QUESTÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA**

**1. Problema de Pesquisa**

Nos Açores, o termo deportação é, também, utilizado como repatriamento. O repatriamento de indivíduos dos Estados Unidos para os Açores começou a decorrer no fim dos anos de 1980, princípio de 1990. Como demonstrado no Gráfico 2, a deportação de indivíduos começou a ocorrer em 1987, intensificando-se a partir de 1999 e 2000 e, mantendo-se ao mesmo nível, a partir de meados de 2000. A deportação surge “(…) como uma forma de combater a criminalidade de imigrantes ilegais, sobretudo nos centros urbanos, onde a maioria tem as suas raízes e as suas únicas referências. Nesta lei (…) não se tem em conta o tempo de residência do imigrante no país de acolhimento o que, na maioria dos casos, cria a rutura dos laços familiares, sociais e das trajetórias construídas por estes” (Rodrigues, 2010: 125).

**Gráfico 2: Total de deportados para os Açores por ano (1987-2007)**



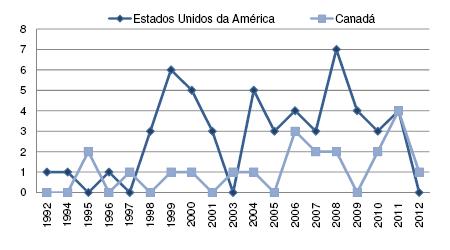
(Rodrigues, 2010: 133)

A maior parte dos indivíduos denominados de repatriados emigrou para os Estados Unidos ainda em criança, sob a responsabilidade dos pais, sem ter tido sequer a oportunidade de escolher se queriam ou não emigrar. Assim sendo, viveram nos Estados Unidos quase toda a sua vida, foram educados naquele país, trabalharam lá, construíram famílias, construíram vidas. Por outras palavras, não sendo oficialmente americanos são, contudo, um produto desse país tendo a sua socialização decorrido lá.

As deportações tiveram como causa a prática dos mais diversos crimes e, em alguns casos, o facto de não terem autorização de residência nos Estados Unidos da América. Chegados aos Açores, a sua integração num meio totalmente diferente ao que estavam habituados, longe da família e de todas as referências que os identificam, torna-se particularmente difícil. O fator insularidade “(…) leva a que facilmente se criem estigmas relativamente a pessoas que há muito não têm laços nos Açores, vindas com o rótulo de expulsas por comportamentos ilícitos” (Botelho, 1998:183).

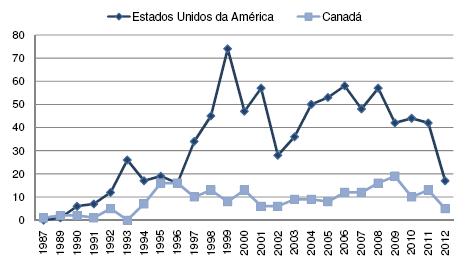
Optou-se por investigar a problemática da deportação de mulheres dos Estados Unidos da América para os Açores (especificamente para São Miguel), tendo em conta que é uma problemática pouco explorada. Representando apenas 64 indivíduos de um total de 1138 indivíduos deportados[[8]](#footnote-8), pouco se conhece acerca destas mulheres. Quem são, o que fazem, onde estão. O que sabem e o que vivem. Os seus percursos e as suas vozes tornam-se invisíveis.

**Gráfico 3: Deportação de mulheres para os Açores por ano e por país de origem (1992- 2012)**



(Rocha e Borralho, 2012)

**Gráfico 4: Deportação de homens para os Açores por ano de deportação e por país de origem (1987-2012)**



(Rocha e Borralho, 2012)

Constituindo um grupo de indivíduos muito inferior ao grupo dos homens deportados, como se verifica na comparação entre os Gráficos 2 e 3, pouca informação se sabe sobre as trajetórias das mulheres deportadas e sobre a sua integração na sociedade açoriana. Por outras palavras, existe pouco conhecimento sobre as realidades vivenciadas por elas. Abordar a problemática da deportação e as suas consequências no ponto de vista das mulheres que a viveram e que, ainda hoje e para o resto das suas vidas, a viverão, não poderia, de algum modo, ser generalizado e associado ao conhecimento que se tem atualmente sobre este fenómeno. Primeiro, porque a literatura produzida sobre o assunto é escassa e, segundo, porque o conhecimento que se adquire dessa literatura existente não contempla a especificidade de se ser mulher e de se ser mulher deportada. Daí, o interesse em investigar e aprofundar essa especificidade, tendo em conta que os percursos de vida e as trajetórias dessas mulheres, tanto anteriormente à sua deportação como posteriormente, diferem grandemente dos percursos e trajetórias dos homens deportados, objeto de estudo das poucas investigações que existem sobre o tema.

Sendo uma problemática em crescimento significativo nos Açores, com o avanço dos anos tem-se assistido a um aumento gradual do número de indivíduos deportados para os Açores (Anexo 1). Com a evolução deste fenómeno, “(…) houve necessidade, por parte do Estado e da sociedade civil, de elaborar um projeto de apoio a estes cidadãos portugueses, no que respeita ao acolhimento e à inserção ou (re)inserção socioprofissional num território para eles (des)identitário” (Brilhante, 1998:85). Em consequência, os Açores têm tentado responder às necessidades desse público-alvo através da mediação de organizações sociais como as associações ARRISCA e Novo Dia, as únicas entidades em São Miguel que intervêm diretamente com esses indivíduos. Estas duas associações trabalham em prol da integração do público deportado nas vertentes social, cultural, profissional e habitacional.

**2. Objetivos da Pesquisa**

A pesquisa desenvolveu-se em torno de três objetivos:

Objetivo 1: Explorar teoricamente os fatores compreensivos do fenómeno de deportação dos Estados Unidos da América para os Açores.

Através da recolha bibliográfica e documental, o trabalho apresenta historicamente e socialmente a problemática da deportação, introduzindo o tema no contexto açoriano. Como tal, pretende-se por um lado, esclarecer, de um modo geral, a evolução do processo de emigração açoriana e as trajetórias do povo açoriano e, por outro lado, explicitar o processo de deportação como possível penalização por práticas consideradas criminosas segundo políticas dos Estados Unidos da América.

Objetivo 2: Analisar o fenómeno de deportação das mulheres açorianas, dando visibilidade às suas trajetórias pessoais e profissionais, bem como, às suas perceções sobre a sua integração social.

Através da concretização de entrevistas a mulheres deportadas e a profissionais das instituições que intervêm diretamente com as mesmas, a concretização deste objetivo permitirá conhecer a situação destas mulheres através da explicitação das suas trajetórias e percursos de vida, desde o momento de emigração para os Estados Unidos até ao momento da deportação para os Açores, salientando as suas perceções acerca do fenómeno, nomeadamente, no que se refere à sua integração social na sociedade em questão.

Objetivo 3: Salientar as consequências da deportação no que concerne as mulheres que foram alvo desse processo.

Com este objetivo pretende-se analisar as consequências da deportação nas mulheres que foram alvo da mesma. Resultando em processos de exclusão social, importa destacar o impacte desses processos numa perspetiva de género, visto a reprodução da exclusão social se refletir de modos diferentes entre homens e mulheres.

**3. Opções Metodológicas**

***3.1. O Método de Investigação***

Salienta-se o método qualitativo como o mais adequado para esta investigação. É relevante destacar que um método de investigação “(…) comporta dois elementos: o paradigma do investigador e a estratégia utilizada para atingir o objetivo fixado (…)” (Norwood, 2000 cit. Fortin, 2009:27). Assim, “(…) o paradigma do investigador refere-se à sua visão do mundo, às suas crenças, que determinam a perspetiva segundo a qual ele coloca uma questão de investigação e estuda um fenómeno. Quanto à estratégia, esta refere-se à metodologia ou aos procedimentos utilizados pelo investigador para estudar o fenómeno que suscita o seu interesse” (idem, 2009:27).

Sobre a deportação, na perspetiva das mulheres que a viveram, pretende-se apreender quais as suas trajetórias e perceções relativamente à problemática visto serem elas os atores diretamente envolvidos na questão. Como tal, o método qualitativo permite compreender o fenómeno na perspetiva de quem o vive e está associado a uma “(…) conceção holística do estudo dos seres humanos, conceção saída de um certo número de crenças que orientam todo o processo. (…) Cada realidade é baseada nas perceções dos indivíduos e muda com o tempo. O conhecimento desta realidade não tem sentido senão para uma determinada situação ou para um contexto particular” (Munhall e Boyd, 1993 cit. Fortin, 2009:31). Todas as investigações qualitativas tendem a fazer ressaltar o sentido ou a significação que o fenómeno estudado reveste para os indivíduos. Os fenómenos são únicos e não previsíveis, e o pensamento está orientado para a compreensão total do fenómeno em estudo (Patton, 1990 cit. Fortin:2009, 31). “(…) a investigação qualitativa estuda as coisas no meio natural e interpreta os fenómenos baseando-se no significado que os participantes dão a estes mesmos fenómenos” (Denzin e Lincoln, 1994 cit. Fortin, 2009:29). “O objetivo das investigações qualitativas é descobrir, explorar, descrever os fenómenos e compreender a sua essência. Mais precisamente, o objetivo é considerar os diferentes aspetos do fenómeno do ponto de vista dos participantes, de maneira a poder, de seguida, interpretar este mesmo fenómeno no seu meio” (Parse, 1996 cit. Fortin, 2009:32).

O tipo de pesquisa que melhor ilustra a investigação em vigor é o fenomenológico uma vez que este tipo de pesquisa “(…) considera as experiências humanas tal como são descritas pelos participantes” (Fortin, 2009:292). Assim, a fenomenologia tem como base o “(…) processo interativo pelo qual os indivíduos dão uma significação a uma determinada situação social (…)” (idem), visando descrever, em detalhe, as experiências nas suas próprias subjetividades, de modo a extrair os significados que os atores envolvidos lhes atribuem e é um modo de, igualmente, garantir que a realidade social não será substituída, limitada e tornada inflexível somente pelo olhar do observador científico ou pelo olhar das instituições (Holstein e Gubrium, 1994:263). A fenomenologia insere-se no paradigma naturalista, segundo o qual a realidade é múltipla e dinâmica, em que a exploração e as descobertas consistem na interação com os indivíduos no seu meio natural. Assim, a investigação qualitativa considera qualquer pesquisa em ciências sociais e humanas que propunham a compreensão dos fenómenos tal como eles se apresentam no meio natural, recolhendo dados que não demandam uma quantificação mas sim a formulação de uma teoria ou exposição de um relato que deverão ser obtidos através de entrevista, observação e recolha de documentos (Fortin, 2009).

***3.2. Técnicas e Procedimentos de Pesquisa***

*3.2.1. O Estudo de Caso*

Tal como o nome indica, o estudo de caso centra-se no que pode ser apreendido do estudo intensivo de um caso específico e que tem como propósito não só compreender pormenorizadamente aquele caso mas, também, contribuir para uma maior compreensão da(s) problemática(s) em que se reflete (Stake, 1994; Gerring, 2007). O estudo de caso assenta no exame detalhado e completo de um fenómeno contemporâneo, inserido num contexto da realidade social, e associado a uma entidade social que pode ser um indivíduo, um grupo, uma família, uma comunidade ou uma organização. É apropriado quando se dispõe de poucos dados sobre o fenómeno e surge de uma necessidade de investigar e aprofundar as características holísticas e significativas do fenómeno. Tem como finalidade aumentar o conhecimento, de forma detalhada, que se tem de um indivíduo ou de um grupo (por outras palavras, da população específica que se investiga), no sentido de estabelecer relações entre as variáveis e a possibilidade de conduzir à formulação de hipóteses acerca do fenómeno em questão e, também, estudar as mudanças suscetíveis de se produzirem ao longo do tempo nesse indivíduo, ou grupo, ou população. Contudo, apresenta como características a impossibilidade de generalizar os resultados a outras populações ou situações podendo, também, fornecer dados em número insuficiente ou dificilmente comparáveis entre si (Fortin, 2009).

Geralmente utilizado nas investigações qualitativas, o estudo de caso foca a significação das experiências vividas pelos próprios indivíduos. Os dados podem ser colhidos de diversas formas: questionário, entrevista, observação, diário de bordo. Segundo Yin (2003, cit. Fortin, 2009:242), o estudo de caso produz um real valor científico pelo facto, entre outros, do carácter profundo de análise, das múltiplas observações a que dá lugar e dos comportamentos-tipo que permite isolar.

*3.2.2. A Entrevista*

Para conhecer e compreender a problemática, de modo a atingir os objetivos definidos, foi aplicada a entrevista, como técnica de colheita de dados por ser considerada a mais adequada ao tipo de estudo e ao tamanho da amostra a que foi possível aceder. A entrevista é o principal método de recolha de informação nas investigações qualitativas. Através dela “(…) o interlocutor exprime as suas perceções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, ao passo que, através de perguntas abertas e das reações do interlocutor, o investigador facilita a sua expressão, evita que ele se afaste dos objetivos da investigação e acede a um grau máximo de autenticidade e de profundidade (Quivy e Campenhoudt, 2005:192).

No que concerne o **tipo de entrevista** aplicada para obter as informações fundamentais acerca da problemática, foi escolhida a entrevista semidirigida na medida em que permite apreender a realidade. Este tipo de entrevista consiste “(…) numa interação verbal animada de forma flexível pelo investigador. Este deixar-se-á guiar pelo fluxo da entrevista com o objetivo de abordar, de um modo que se assemelha a uma conversa, os temas gerais sobre os quais deseja ouvir o respondente, permitindo, assim, destacar uma compreensão rica do fenómeno em estudo” (Savoie-Zajc, 2003, cit. Fortin, 2006: 376). No decurso da entrevista, todos os temas que fazem parte do guião do entrevistador devem ser tratados e corresponder a uma determinada ordem que ele julga apropriado.

***3.3. O Processo da Amostragem***

A pesquisa centrou-se em dois grupos-alvo: o das mulheres deportadas e o dos agentes intervenientes no apoio durante o processo de deportação e no território de acolhimento. No que concerne ao primeiro grupo, a constituição da amostra para a obtenção de informação sobre a deportação, o seu processo, consequências e perceções sobre a mesma, teve como critério de seleção o género e a origem da deportação. O processo de seleção baseou-se na disponibilidade e acessibilidade dos indivíduos. A investigadora dirigiu-se às organizações, que trabalham com o público em questão, onde lhe foi facultada informação sobre mulheres deportadas apoiadas por cada uma dessas entidades. Por constituírem um grupo com um número diminuto de indivíduos, foi impossível uma elaboração detalhada de critérios para a seleção de uma amostra com características específicas. Devido a esta limitação, importa destacar que a representatividade do grupo assentou no seguinte fator: obter ou não obter algum tipo de apoio institucional proporcionado pela ARRISCA e/ou Novo Dia, no caso de ser mulher deportada.

Assim, a escolha recaiu nas mulheres que, através de um contato telefónico por parte das organizações, consentiram em participar na investigação após obterem conhecimento do que trataria, ou seja, dos objetivos da investigação. Foi possível entrevistar 5 mulheres que aprofundaram as suas trajetórias de vida desde o momento da sua emigração para os Estados Unidos até ao momento da sua deportação para os Açores, focando as suas perceções sobre a sua integração social em São Miguel.

No que respeita aos atores intervenientes no apoio durante e após o processo de deportação, foram consideradas 3 organizações: o *New Bedford Immigrants´ Assistance Center,* uma organização sediada nos EUA, e entidade de suporte aos indivíduos alvo de deportação e às suas famílias, e duas organizações sediadas nos Açores, *ARRISCA e Novo Dia.* Para efeitos de caracterização dessas organizações, do seu funcionamento e perceções sobre o público alvo que apoiam, foram efetuadas entrevistas a 2 profissionais e à responsável pelo apoio na instituição americana.

***3.4. As Exigências da Pesquisa de Terreno***

Investigar, analisar e descrever a deportação na perspetiva feminina constitui um desafio na medida em que se trata de um domínio pouco explorado que implica um posicionamento analítico que produza inteligibilidade aos processos de produção das vivências, com o domínio da subjetividade em relação à pretensa objetividade dos factos e, simultaneamente, permite dar visibilidade aos percursos e histórias de vida marcadas pelo sofrimento e exclusão social. Contudo, a sua abordagem não foi tarefa fácil devido à dimensão do grupo abrangido pelo estudo (o seu número é diminuto quando comparado com o grupo dos homens deportados), à sua dispersão territorial (nem todas as mulheres que foram deportadas estão em São Miguel, terreno onde se efetuou a investigação), a que acresce a quase ausência de sinalização de sua localização (com exceção das mulheres que são apoiadas pelas entidades mencionadas neste estudo).

Embora seja limitado o número de mulheres deportadas, esclarece-se que houve alguma dificuldade no seu contato, que foi obtido, como já referido, através das entidades que intervêm com esse público-alvo, a ARRISCA e a Novo Dia que, contactando-as e informando-as sobre o propósito da investigação, obtiveram o consentimento de algumas para a realização de uma entrevista da parte da investigadora.

A escolha dos(as) profissionais a serem entrevistados(as) assentou no tipo de função que desempenham no local de trabalho. Como tal, considerou-se funções de coordenação e/ou direção das instituições, optando-se por entrevistar um(a) profissional de cada. À proposta da realização de uma entrevista para a presente investigação, note-se a sua aceitação imediata para a concretização da mesma.

Relativamente ao espaço onde as entrevistas foram concretizadas, três das entrevistas às mulheres deportadas decorreram dentro das instituições de apoio (Zulmira foi entrevistada na Novo Dia, Cláudia e Madalena foram entrevistadas na ARRISCA) e as outras duas foram entrevistadas nas suas próprias casas (Laura e Ana). As entrevistas aos(às) profissionais decorreram dentro do local de trabalho dos(as) próprios(as). A entrevista à profissional do New Bedford Immigrants´ Assistance Center foi efetuada por escrito, via e-mail.

***3.5. O Processo de Tratamento da Informação***

Com base nos objetivos propostos pela investigação, foram elaborados quatro guiões de entrevistas, cada um direcionado a um grupo diferente: um guião de entrevista para as mulheres deportadas; dois guiões de entrevista para os(as) profissionais das organizações em São Miguel que intervêm na problemática da deportação; e um guião de entrevista para a profissional da organização que também intervém nessa problemática, sediada nos EUA.

O guião da entrevista elaborado às mulheres deportadas (Anexo 2) consistiu em quatro partes que se delinearam da seguinte forma:

I) Perfil da Mulher Deportada (contemplando dados pessoais, profissionais e, ainda, o processo de emigração para os EUA);

II) O Processo de Deportação (contemplando dados pessoais, práticas e diligências efetuadas durante o processo de deportação);

III) A Chegada e a Vida nos Açores (atendendo a dados pessoais, expetativas e perceções sobre a própria integração social);

IV) e, O Apoio Institucional (considerando dados e perceções pessoais sobre o apoio institucional).

Paralelemente às entrevistas realizadas junto das mulheres deportadas, foram efetuados outros dois guiões de entrevistas (Anexo 3 e 4) aos(às) profissionais das organizações que, em São Miguel, trabalham junto da população deportada, nomeadamente, a ARRISCA e a Novo Dia, no sentido de apurar as suas perspetivas e opinião profissional sobre o processo de deportação e suas consequências. O guião dessa entrevista foi dividido nas seguintes partes de modo a reunir as informações pertinentes à investigação:

I) Caracterização da Instituição (contemplando dados e informação sobre o propósito e finalidades da instituição);

II) Dados sobre os(as) Deportados(as) (contemplando dados e abrangendo questões sobre o perfil dos indivíduos deportados e, especificamente, sobre as mulheres deportadas);

III) e, Comportamentos dos(as) Deportados(as) (abrangendo questões sobre comportamentos e hábitos dos indivíduos deportados e, ainda, perceções dos mesmos e da sociedade açoriana sobre o fenómeno da deportação).

Foi elaborada, por último, outra entrevista (Anexo 6) a uma profissional de uma instituição sediada nos Estados Unidos, mais especificamente em New Bedford no estado de Massachusetts, prestadora de apoio após a decretação de deportação: o New Bedford Immigrants´ Assistance Center. Essa entrevista foi concretizada por e-mail e dividiu-se nas seguintes partes:

I) O Processo de Deportação (considerando dados sobre o fenómeno da deportação e fundamentos da mesma);

II) O Perfil das Deportadas (contemplando dados sobre o perfil e perceções das mulheres deportadas);

III) e, O Apoio prestado aos(às) Deportados(as) (com questões sobre o apoio e perceções da integração social dos indivíduos deportados).

Apesar de assentarem num guião, as entrevistas tomaram a forma de uma conversa em que, entre questões do guião e outras que foram surgindo, se moldaram em entrevistas semidirigidas. Os temas propostos foram todos abordados e houve espaço e oportunidade para outros assuntos que as próprias mulheres e/ou profissionais tiveram iniciativa em discutir. Assim, as conversas fluíram de forma espontânea e os(as) entrevistado(as) sentiram-se confortáveis para expressarem o que sentiam. Contudo, uma das limitações verificadas foi relativa ao espaço onde decorreram algumas das entrevistas, isto é, nas que ocorreram dentro das instituições. Nas mulheres entrevistadas nas instituições, verificou-se algum desconforto, uma vez que, foi notório não compreenderem qual o papel da investigadora: se dependia da instituição (e como tal, as entrevistas seriam para uso da instituição), ou não (apesar de, contudo, se ter esclarecido qual o propósito da investigadora em cada início de entrevista). Por outro lado, as mulheres que foram entrevistadas nas suas próprias casas, mostraram-se mais confortáveis, mais confiantes e, até, apresentaram pessoas e mostraram fotos e documentos pessoais.

Todas as entrevistas foram gravadas (com exceção de uma das entrevistas a uma mulher deportada e excetuando, também, a realizada por e-mail), com consentimento prévio dos diferentes indivíduos entrevistados, de modo a registar a informação facultada por cada um(a). Após a sua gravação, foram transcritas e organizadas de acordo com as categorias analíticas pré-definidas e efetuada a comparação dos resultados no sentido de identificar as semelhanças e as diferenças nas informações recolhidas. É de salientar que esta comparação permite, ainda, identificar categorias analíticas complementares sobre o fenómeno em questão.

Por último, note-se que se recorreu à tradução de inglês para português de duas entrevistas, designadamente, a entrevista à profissional da organização sediada nos EUA e uma entrevista a uma das mulheres deportadas. A entrevista em inglês, decorreu do facto de dominarem melhor o idioma inglês, apesar de compreenderem a língua portuguesa.

***3.6. A Validação dos Dados***

Escolhido o método qualitativo para melhor apreender a realidade do fenómeno da deportação, no contexto insular que representam os Açores, destaque-se a triangulação, enquanto técnica complementar na aplicação desse método. A noção de triangulação estabelece o uso de diferentes dados, sujeitos e contextos como garante de segurança e credibilidade das interpretações e resultados dos estudos qualitativos. Por outras palavras, permite-nos uma segurança assinalável sobre a coerência entre os dados produzidos pelos trabalhos qualitativos e a própria realidade (Alves, 2002). Recorrendo a um leque diverso de perspetivas, esta técnica é utilizada na metodologia qualitativa pois, ressalta a significação que o fenómeno tem para o indivíduo, interpretando-o com base nas experiências do próprio sujeito.

Tendo como base as informações obtidas das entrevistas realizadas, a triangulação consiste no cruzamento de dados, dos diversos sujeitos que os forneceram (mulheres deportadas e profissionais que intervêm na problemática em questão), permitindo, deste modo, proceder à identificação de semelhanças e contrastes das diferentes perspetivas sobre a mesma realidade. O estudo é, assim, validado quando diferentes fontes orientam para uma mesma conclusão. Aplicada qualitativamente, a técnica da triangulação vem afirmar, no dizer de Alves (2002), que “o valor das palavras é diferente do valor dos números devido à densidade dos seus significados.”

Também através da pesquisa documental e bibliográfica sobre a problemática da deportação e outros assuntos explorados na tese, foi concretizada a estratégia da triangulação. Procedendo ao cruzamento de bibliografia sobre o assunto de diferentes autores(as) e, complementando essa pesquisa com a informação proveniente da realização das entrevistas, afirma-se a validade da investigação, não tanto pela generalização dos seus resultados, mas antes pela possibilidade de os generalizar a outras situações e/ou sujeitos.

Já efetuada a colheita de dados através das diferentes fontes, pretende-se, como referido, identificar semelhanças e contrastes contidos nessas informações, sobre as experiências, as perspetivas, as opiniões e as perceções dos diferentes indivíduos envolvidos na problemática. Na comparação dos resultados, ao mesmo tempo que se elabora uma análise do fenómeno, é possível acrescentar informações complementares que potencializam uma análise holística do fenómeno em questão

**CAPÍTULO III – VISIBILIDADES E INVISIBILIDADES DA DEPORTAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DE MULHERES AÇORIANAS**

**1. Traços Comuns e Diferenciados de Vivências Pessoais**

Segundo a informação recolhida das entrevistas às mulheres deportadas, procede-se à análise dos dados para a formulação de categorias analíticas complementares sobre o perfil das mulheres deportadas. Como tal, a informação acerca do seu perfil será dividida da seguinte forma: dados sobre o seu *perfil demográfico* (idade, local de residência, profissão/ocupação, habilitações, estado civil e constituição familiar) e dados sobre o processo de emigração de cada uma (quando ocorreu e porque motivo); dados sobre as *trajetórias* das mulheres no que concerne o processo de deportação de cada uma (o que a causou, que medidas tomadas e as consequências que daí resultaram), a sua chegada aos Açores e o percurso a partir daí, destacando trabalhos desempenhados, problemas vivenciados e tipos de apoio obtidos; e, por último, as *perceções* sobre o apoio institucional que lhes é proporcionado e sobre a própria integração social na sociedade açoriana, focando as opiniões sobre a mesma.

Saliente-se que o nome das entrevistadas foi modificado de modo a salvaguardar a sua identidade e, ainda, que as citações utilizadas se apresentam do modo como foram transcritas. A investigadora optou por transcrever as entrevistas o mais semelhante possível ao discurso das entrevistadas para melhor captar a individualidade de cada uma. É importante destacar este aspeto pois, facilita a compreensão global do fenómeno, uma vez que, através da linguagem utilizada por essas mulheres, a validade das suas próprias realidades será melhor apreendida.

***1.1. Perfil Demográfico***

*E1: Zulmira*

A Zulmira tem 42 anos e reside em Ponta Delgada num quarto alugado numa casa cuja renda é paga pela associação Novo Dia. A Zulmira é solteira, homossexual e tem 3 filhos que residem nos EUA. Atualmente, está desempregada e tem como habilitações o 12º ano que concretizou num estabelecimento prisional nos EUA. Mudou-se para esse país aos 7 anos de idade com os pais que emigraram para procurar melhores condições de vida, “*o meu pai foi para fazer uma vida melhor para os pequenos. Um irmão dele estava lá, disse ao meu pai “aqui está bom, ganhas dinheiro.” A gente foi para lá.”* Lá, residiram na costa nordeste do país, num apartamento pertencente a um condomínio.

*E2: Cláudia*

A Cláudia tem 40 anos e reside em Ponta Delgada. Não referiu qual o seu estado civil mas disse ter uma filha, bebé, já nascida em São Miguel, após a sua deportação. De momento, encontra-se desempregada tendo como habilitações o 12 º ano concluído nos EUA e, ainda, dois anos de frequência numa universidade daquele país. Emigrou com os pais, com um ano de idade. Trabalhou desde os 16 anos em vários sítios e executou vários tipos de trabalho (não especificou). Teve 3 filhos nos EUA que, atualmente, residem lá.

*E3: Laura*

A Laura tem 52 anos e vive em Ponta Delgada. Encontra-se, atualmente, a frequentar o PROSA[[9]](#footnote-9). Tem como habilitações o 12º ano, o qual conclui nos EUA. É viúva (do homem com quem se casou na América) e, agora, tem uma relação com um homem que também é deportado. Mudou-se para os EUA aos 12 anos de idade, acompanhando os pais, que foram em busca de melhores condições de vida, e irmãos. Estabeleceram-se na costa nordeste daquele país, onde a Laura passou a maior parte da sua vida como cabeleireira antes da sua deportação para São Miguel. Lá casou-se com um cidadão americano com quem teve dois filhos, também, americanos.

*E4: Madalena*

A Madalena tem 54 anos e vive nos Arrifes, no concelho de Ponta Delgada. Após a sua deportação para São Miguel, casou-se com um indivíduo, também, deportado. Tem como habilitações o 9º ano, concluído nos EUA e, atualmente, é empregada doméstica numa empresa. Mudou-se para aquele país quando tinha 10 anos, acompanhando os pais e um irmão. A mudança deveu-se a motivos familiares visto os seus avós maternos já lá residirem. A Madalena e a sua família estabeleceram-se na costa nordeste dos EUA, morando num apartamento arrendado. Durante o tempo que viveu lá, casou-se duas vezes. Do primeiro casamento, aos 18 anos, teve dois filhos, do segundo casamento teve uma filha.

*E5: Ana*

A Ana tem 35 anos e reside em Ponta Delgada. No momento da entrevista, estava grávida de poucos meses e encontrava-se desempregada. Tem como habilitações o 12º ano, concluído em estabelecimento prisional nos EUA. Mudou-se para esse país com os pais quando tinha 2 anos de idade. Emigraram por motivos económicos, *“acho que foi para uma melhor vida! Foi em 78, toda a gente foi nessa altura.”* A família estabeleceu-se na costa nordeste dos EUA, residindo num apartamento. Lá, os pais da Ana divorciaram-se, tendo ela ido viver com a mãe. Enquanto lá viveu, teve dois trabalhos em simultâneo, um numa fábrica e outro numa lavandaria. Nunca chegou a casar-se, tendo, no entanto, 2 filhos que se encontram, de momento, ao cuidado da avó materna.

***1.2. Trajetórias de Vida***

*E1: Zulmira*

Para obter dinheiro, a Zulmira traficou droga desde muito cedo pois, começou a consumir aos 13 anos de idade. O tráfico e o consumo acabaram por ser, então, o motivo de deportação para os Açores. Anterior à deportação, esteve presa várias vezes, tendo a certeza que, um dia, iria ser deportada, *“eu sabia que eles iam-me mandar para trás. Com cem pacotes de castanha [heroína]. E os meus “cousos” [processos] todos para trás, tudo da droga? Eu sabia que iam-me mandar para trás.”* Ainda recorreu a um advogado, com a ajuda da sua mãe, para tentar evitar a deportação mas não conseguiu.

Assim, foi deportada para os Açores em 2007, com 37 anos de idade, tendo os seus pais e filhos permanecido nos EUA. Nos Açores, tem familiares que, no entanto, nunca se aproximaram dela. A partir do dia da chegada, passou a ser integrada na ARRISCA e na Novo Dia que a apoiaram, primeiramente, no acolhimento, na alimentação, no encaminhamento para emprego e na renda do quarto. Através dessas instituições, arranjou um emprego nos Serviços Florestais e frequentou o PROSA.

Os principais problemas vivenciados por Zulmira em São Miguel são: a ausência de condições habitacionais para receber os filhos, *“(…) eu não quero que os meus pequenos venham aqui. (…) onde é que vou pôr os meus pequenos para dormir? (…)”*; *“(…) Eu só queria os meus filhos para virem aqui é se eu tinha uma casa, ou eu tinha um apartamento para eles terem um lugar para dormir, um lugar para ficarem, porque não vão ficar num hotel! (…)”*; não falar corretamente a língua portuguesa, *“(…) tem coisas que vocês falam em português que eu não sei. Eu tenho que dizer «o que é isso? Podes explicar a mim como é que eu posso perceber? Because eu não sei o que é.» A falar, eles olham para a gente e vêm que a gente fala diferente de como vocês falam.”;* e, por último, não ter um trabalho, *“(…) Getting a job! É a coisa mais difícil nesta ilha, é conseguir um serviço. (…) Tentei sozinha e ninguém me quer dar! (…).”*

*E2: Cláudia*

Durante a sua infância sofreu de violência sem, contudo, especificar que tipo e de quem. Na sua vida adulta, Cláudia acabou por se envolver com um homem que traficava droga tendo, deste modo, começado a consumir e a traficar. Tendo sido apanhada, esteve presa durante dois anos, depois dos quais, foi deportada para os Açores, em 2008, quando tinha 36 anos.

Chegada aos Açores, não contatou familiares por vergonha da sua condição de deportada e acabou sendo apoiada, institucionalmente, pela ARRISCA que a orientou para a obtenção do Rendimento Social de Inserção e Abono de Família. Desde que chegou a São Miguel, envolveu-se com um homem que também foi deportado e do qual engravidou. Uma das suas principais dificuldades é a perspetiva de futuro da sua filha, pela qual sente angústia e receio pelo estigma que recairá sobre ela: “filha de repatriados”. Como outras dificuldades, indicou o facto de não falar corretamente português, não conseguir obter um trabalho autonomamente e, por último, a dificuldade em criar amizades fora do círculo dos indivíduos deportados.

*E3: Laura*

Como principais problemas vivenciados nos EUA, Laura mencionou que sofria de cleptomania, *“(…) eu tive problemas porque eu roubava em lojas, ok? Isso era as minhas coisas que eu tinha na América … shoplifting.”*; era viciada em comprimidos e traficava-os, *“(…) porque é que eles me mandaram para trás, está aqui, nineteen Xanax! Eu ia fazer dezanove dólares! Um dólar cada um, right? (…).”*; e que tinha comportamentos considerados desordeiros, *“(…) roubar, dar pancadaria e… how do you say disorderly conduct? (…).”*

Foi deportada para os Açores em 1998, quando tinha 39 anos, por tráfico de estupefacientes, *“(…) eles mandaram-me para trás por causa de 19 comprimidos cause, eu não tinha na garrafa, o meu nome (…) so, o que é que acontece? Não tinha os papéis, não jurei a bandeira (…) so, a Laura veio para trás!”; “(…) quando a gente não tem o nome na receita, that´s a felony! [crime].”* Anterior à sua deportação, referiu ter estado presa duzentas e tal vezes. Recorreu a um advogado para evitar ser deportada concluindo, contudo, que este estava mais preocupado em lucrar com o seu caso do que propriamente evitar a sua deportação.

Chegada aos Açores, teve a ajuda familiar de uma prima com a qual acabou por não ficar porque residia longe de Ponta Delgada, cidade onde se situava a instituição que a apoiou na altura, o C.A.R.[[10]](#footnote-10) Nos EUA, deixou pais, irmãos, filhos e um neto. Extinguindo-se o C.A.R., passou a frequentar a associação Novo Dia que a apoia, atualmente, na renda do quarto, na medicação e inserção no mercado de trabalho. Foi orientada para alguns trabalhos que tiveram uma duração média de 2 anos cada. O primeiro foi numa padaria, o segundo foi na Junta de Freguesia (não especificou qual nem que cargo), o terceiro na Kairos e o quarto na Casa de Saúde (na reciclagem). Após ter trabalhado na Casa de Saúde, começou a frequentar o programa PROSA.

Já em São Miguel, considera que o seu principal problema foi ter se envolvido com um homem que a batia com frequência e o qual, numa discussão e em legítima defesa, acabou por ferir e matar, *“(…) homem que gosta de bater em mulheres! por isso levou a sua… (…).”*

*E4: Madalena*

Durante a sua vida nos EUA, o que mais marcou Madalena foi ter sido vítima de violência doméstica por parte do pai, *“(…) na América, eu tinha 18 anos, já estava casada e o meu pai ainda me dava pancadaria (…) o meu pai era muito, muito, muito (…) physically abusive (…) tomava cada bebedeira e depois a gente é que sofria.”* Desde cedo começou a consumir drogas, principalmente, após a morte da sua mãe que considera o principal motivo na iniciação dos consumos, *“(…) para mim consumir tinha que ter dinheiro e tinha que ter suficiente material para mim estar a consumir (…) o meu vício era muito, muito, muito, muito grande. Era muito maior que eu (…) eu consumia todos os dias, todos os dias (…).”*; *“eu consumi 26 anos da minha vida lá fora. Fui para programas [de reabilitação] (…), saía, ficava bem oito meses, um ano… pronto, e depois tinha uma recaída.”* De forma a sustentar o consumo chegou, também, a prostituir-se.

Foi deportada para os Açores no ano de 2002, quando tinha 45 anos, por tráfico de droga. Ainda tentou evitar a deportação, recorrendo a uma advogada, mas não conseguiu. Antes de ser deportada, foi informada de que teria apoio institucional nos Açores, *“(…) antes de vir para cá, a senhora que trabalhava com o pessoal da Imigração lá na cadeia dizia a todos nós que quando a gente chegava cá que pagavam a renda, (…), que arranjavam uma casa para a gente morar, (…), que pagavam comida, (…), arranjavam trabalho e tudo.”*

Chegada aos Açores, foi acolhida pelo C.A.R. que a apoiou nessa altura sendo, atualmente, apoiada pela ARRISCA que a orienta para a inserção no mercado de trabalho. Já teve alguns trabalhos em vários sítios como empregada de limpeza.

Em São Miguel, teve como principais problemas o vício do álcool, *“(…) eu estava com muitas saudades da minha filha, dos meus filhos, da minha família e comecei a consumir álcool. Não estava nas drogas, nem nada, era muito álcool que eu bebia, muito, muito, muito… e começava a perder os dias de trabalho (…).”,* e a contração de Hepatite B, *“(…) eu soube aqui que tenho uma doença… hepatite b, chronic. E isso é uma coisa que eu estou lutando com isso, agora.”*; *“(…) eu já estive no hospital umas vezes desde que estou aqui, quase na morte. O tratamento que eu estou fazendo agora é diferente, é um comprimido que eu tomo todos os dias (…).”*

O seu maior desejo é conseguir um contrato de trabalho para não ter que depender do apoio institucional, *“as minhas maiores dificuldades é não ter emprego para receber o ordenado normal. Eu tenho o meu emprego que é a ocupação (…) há sete anos. (…) eu já devia estar efetiva (…) e não estou (…).”*

*E5: Ana*

A partir dos 17, 18 anos de idade iniciou-se no tráfico e consumo de drogas, *“eu estava para lá, tinha 17, 18 anos (…) O pai deles [dos filhos] foi para a cadeia. Primeiro foi marijuana, ele vendia, eu não. (…) depois ele foi para a cadeia, depois ele começou na heroína. Eu não consumia droga ainda. Depois, pronto… eu estava fazendo like fosse nada. (…) para mim não era uma grande coisa porque quase toda a gente fazia! (…).”* De forma a sustentar o vício chegou, também, a prostituir-se.

A primeira vez que foi presa ocorreu devido a uma rusga efetuada pela polícia à sua casa. No tribunal, declarou-se culpada o que teve como resultado a atribuição de 2 anos de pena suspensa. No entanto, numa altura diferente, encontraram-na novamente na posse de drogas, tendo sido presa outra vez. Pagou uma caução de 5.000 dólares para evitar ser deportada e pagou, por sua vez, ao advogado 10.000 dólares. Após receber uma carta da Imigração para aparecer em tribunal, não compareceu, ficando mais 2 anos nos EUA. Acabou por ser deportada depois desses 2 anos, em 1997, quando tinha 23 anos de idade.

Chegou aos Açores sem expetativas e rapidamente se envolveu no consumo de droga, novamente, *“I´m going to be honest with you, I didn´t care what happened. I didn´t care if I died, I didn´t care if I lived (…).[[11]](#footnote-11)”* Não tendo nenhum contato com familiares nos Açores, foi acolhida pelo C.A.R. que a inseriu no mercado de trabalho. Deste modo, trabalhou nem centro de transição para pessoas doentes, como empregada de limpeza numa instituição e como auxiliar no hospital. A partir de 2007, passou a ser apoiada pela Novo Dia no que concerne a renda do quarto. É de salientar, no entanto, que o principal apoio que teve e tem tido nos últimos anos é o da sua senhoria (do apartamento em que vive), que a tem ajudado na obtenção de emprego e na reabilitação da saúde.

**1.3. Perceções sobre a Integração Social**

*E1:Zulmira*

Sobre o apoio institucional, Zulmira considera-o vantajoso na obtenção de trabalho/ocupação e fundamental para a sua integração na sociedade açoriana, *“(…) if it wasn´t for them [Novo Dia] I really wouldn´t have met nobody, you know[[12]](#footnote-12) ter conseguido falar com as pessoas aqui because já tinha mulheres lá, you know, eu fiz amigos… fiz amigos com muitas das pessoas que trabalham aqui (…).”,* e reabilitação pessoal. Contudo, considera desvantajoso o facto de ter que depender do apoio institucional para a obtenção de trabalho.

Por sua vez, sobre a sociedade açoriana, a sua opinião diverge*, “Alguns são fixes. Mas alguns não prestam para nada! (…) Na América, nos lados todos tens pessoas que são boas e tens pessoas que não prestam! (…)”*; *“Aqui, mais do que na América, they judge you before they get to know you. In America, they get to know you and then they judge you. (…)”[[13]](#footnote-13)* Sente, então, que a sociedade açoriana desvaloriza e estigmatiza as mulheres deportadas sem as conhecer previamente, *“não prestam, são prostitutas, são drogadas [opinião da sociedade]. É aquilo que pensam, you know?, que a gente não presta. Mas não é só as mulheres! É os homens também! (…) dá para ver como é que a gente veste, dá para ver que a gente não é daqui… a primeira coisa é tudo mal que eles pensam. Só por ver como é que a pessoa está vestida e isso tudo (…).”*

*E2:Cláudia*

A Cláudia considera essencial o apoio institucional tendo em conta que, se não fosse a ARRISCA, não saberia para o que viria, uma vez que, não lhe informaram de como seria a sua vida nos Açores. Contudo, sente-se, muitas vezes, zangada e revoltada pela falta de compreensão e incapacidade da instituição de fazer mais e melhor. Considera negativo o apoio ser distribuído por outros públicos e não só pelo público deportado.

Relativamente à sociedade açoriana, considera as pessoas difíceis e desconfiadas. No entanto, compreende a visão que tem dos indivíduos deportados uma vez que, socialmente, são conhecidos por terem um comportamento agressivo. Pensa que a sociedade discrimina as mulheres deportadas por as considerar criminosas e desejaria que não as rotulasse a todas de modo igual.

*E3:Laura*

Laura vê o apoio institucional como crucial para a sua sobrevivência. Lamenta, no entanto, a insuficiência monetária do apoio para todas as suas despesas, principalmente, com a medicação.

No que concerne a sociedade açoriana tem, por um lado, uma visão positiva, *“eu dou-me bem com as pessoas. As pessoas não olham para mim como eu sou repatriada.”* Contudo, por outro lado, tem uma perspetiva negativa relativamente aos indivíduos deportados, *“(…) só os repatriados não prestam para nada (…) eles querem ver os outros mal!”*

Sobre a perceção da sociedade açoriana sobre as mulheres deportadas, considera que esta se divide em considerar os(as) deportados(as) como indivíduos desordeiros e conflituosos ou como pessoas que foram injustiçadas pelo governo americano.

*E4:Madalena*

Sobre o apoio institucional Madalena valoriza, principalmente, as amizades que criou com profissionais da instituição, *“(…) eu já tive muito boas assistentes sociais (…) mas a Dra. Diana., ela vai fora do seu lugar para me ajudar, se é possível (…).”* Contudo, considera-se demasiado dependente desse apoio para obter trabalho pois, de outro modo, sozinha, não conseguiria.

A sua perceção da sociedade açoriana tem mudado de má para boa, *“(…) no início, eles eram muito ignorantes (…) mas agora… eu conheço tanto, tanto pessoal aqui em São Miguel (…). Mas eu tenho muitas, muitas pessoas que sabem que eu sou repatriada, que gostam de mim pela pessoa que sou (…).”*; sendo que, o contrário, ou seja, a perceção da sociedade açoriana sobre as mulheres deportadas, é negativa, *“(…) a gente [referindo-se aos deportados e deportadas] estamos num país que não quer nada connosco! O pessoal não quer nada a ver… o nosso governo aqui não quer nada connosco! (…).”*

*E5:Ana*

A Ana encontra-se desvinculada de qualquer instituição considerando, no entanto, o apoio institucional essencial no momento da chegada a São Miguel de um indivíduo deportado. Contudo, considera que a integração de indivíduos deportados numa mesma instituição é negativa uma vez que, devido à ausência de controlo sobre os seus consumos, por parte das instituições, estes acabam por influenciar os recém-chegados para consumirem novamente.

Relativamente à sociedade açoriana, tem uma visão pessimista, *“(…) I know more açorianos that are no more good than the deportees (…).”*; *“(…) the people here… notice everybody likes to talk! (…) you have to kind of not talk to your neighbors, not tell your life to nobody because as soon as you do that it will be the talk of the street (…).”*[[14]](#footnote-14) Por sua vez, pensava que a sociedade açoriana não gostava nem aceitava os(as) deportados(as), repudiando-os(as) sempre que contatavam com eles(as). Hoje em dia considera que a sociedade os(as) aceita melhor pois, compreende os motivos de deportação e as suas perspetivas.

***1.4. Síntese Analítica***

Descritos o perfil demográfico, as trajetórias e as perceções, indicadores essenciais para a compreensão da história de vida das mulheres entrevistadas, procede-se à identificação de aspetos semelhantes e contrastantes (que serão sintetizados na Tabela 2), associados aos percursos dessas mulheres. Esta comparação permitirá, paralelamente, uma síntese analítica do fenómeno da deportação nas suas perspetivas. Como tal, cruzar-se-á os dados e as informações obtidas dos diferentes indivíduos envolvidos na problemática.

Relativamente ao perfil demográfico das mulheres entrevistadas, todas elas, atualmente, residem no conselho de Ponta Delgada e têm idades entre os 35 e os 54 anos. No referente ao seu estado civil, três são solteiras, uma é viúva e uma é casada. Todas têm filhos/as (duas das mulheres têm 3 filhos/as e as outras três têm 2 filhos/as) que vivem nos Estados Unidos. Quatro delas completaram o 12º ano naquele país (duas destas concluíram-no em estabelecimento prisional e outra dessas quatro frequentou 2 anos numa universidade americana), e uma completou o 9º ano de escolaridade. No momento da entrevista, quatro estavam desempregadas (uma delas a frequentar o Programa PROSA), e uma tinha um trabalho, como empregada doméstica, numa empresa.

Todas emigraram para os EUA em criança (com idades compreendidas entre os 1 e 12 anos), acompanhando pais e irmãos. A causa que motivou a emigração foi a busca de melhores condições de vida e a proximidade a outros familiares que, anteriormente, já viviam naquele país. Nos Estados Unidos, instalaram-se na costa nordeste, principalmente, em Massachusetts, estado onde residem as maiores comunidades de açorianos.

Relativamente ao seu percurso laboral, duas das entrevistadas nunca tiveram um trabalho enquanto viviam nos EUA, optando por traficar estupefacientes para obter dinheiro para o consumo e para a sua sobrevivência e a dos seus descendentes. Pode-se dizer que estas acabaram por se tornar «traficantes profissionais», *“Eu vendi droga por anos e anos e anos e anos e anos e anos e nunca fui apanhada.” (…) “Eu estava a consumir heroin e vendendo cocaína para fazer dinheiro para a heroin. Yeah, you know, eu também fiz muito dinheiro lá fora”* (Zulmira, 42 anos).Outras duas tiveram vários empregos, desempenhando diferentes tipos de trabalhos e mantendo-os enquanto se envolviam em consumos de droga. No entanto, também recorreram ao seu tráfico de forma a obterem mais dinheiro. Outra era cabeleireira de profissão. Entre as cinco, duas afirmaram ter-se prostituído, algumas vezes, para obter dinheiro mais rapidamente com a finalidade de consumir estupefacientes, “(…) *fui presa porque fui apanhada com um pacote de cocaína, uma vez… depois… eu fui presa mais vezes por prostitution”* (Madalena, 54 anos).

No geral, todas partilham de uma trajetória semelhante enquanto jovens, isto é, envolveram-se, numa fase da vida, com pessoas que consumiam drogas, o que lhes facilitou a introdução no consumo. Como consequência, acabaram por se viciar (as drogas mais frequentemente referenciadas foram a heroína e a cocaína), optando por, durante alguns anos, traficar estupefacientes. Por esse motivo, todas cumpriram, diversas vezes, penas de prisão nos Estados Unidos da América, onde duas delas acabaram por obter o G.E.D. ou General Educational Development, que é uma equivalência ao 12º ano.

Todas as mulheres entrevistadas, quando foram informadas que iriam ser deportadas, tentaram evitar, com o apoio de familiares, que isso acontecesse, recorrendo a advogados especializados na área da Imigração sem, contudo, obter algum sucesso, *“A minha mãe foi buscar um advogado e o advogado disse assim: «se na “cousa” [processo] dela diz possession of narcotics (…) eu pode que ela vai ficar aqui [posso fazer com que ela fique aqui], mas se diz possession of heroin ou possession of cocaine, ela não vai ficar aqui»”* (Zulmira, 42 anos). Durante todo o processo judicial, a todas elas foi cobrada elevadas quantias de dinheiro inerentes aos gastos com o processo, *“Eu tentei. Eu contratei uma advogada mas ela disse que o meu caso era muito grave e que não podia fazer nada. Gastei muito dinheiro (…); “(…) tive que pagar uma advogada da Imigração para tentar lutar o meu caso. Mas ela não conseguiu”* (Madalena, 54 anos). Para algumas, existiram desentendimentos com o(a) advogado(a) a que recorram devido à burocracia do processo, *“(…) esse sacana [referindo-se ao seu advogado] que pôs-me aqui a fazer os papéis e tudo da Imigração, ele nunca disse «tu tens que ter o teu nome, L. F. A.». Eu nunca recebi essa carta do tribunal para responder e tudo, ok? So, quando eu tive que ir ao tribunal, o juiz disse «tu és american citizen?» (…), e eu disse «não, não sou», e ele disse «então vais ser deportada!»”* (Laura, 52 anos).Estas concluíram que o(a) advogado(a), preocupava-se mais em lucrar com o seu caso do que propriamente evitar a sua deportação.

As entrevistadas foram deportadas para São Miguel, nos Açores, em idade adulta tendo, a mais nova, sido deportada aos 23 anos e a mais velha aos 45 anos de idade. Foram deportadas entre os anos de 1998 e 2008, pela prática do mesmo crime, isto é, tráfico e consumo de droga. No momento da deportação, foram todas obrigadas a abandonar os Estados Unidos sem perspetivas de voltar. Tiveram que, forçosamente, se separar de pais, filhos/as e outros(as) familiares que, ainda, não tiveram oportunidade de voltar a ver.

Chegadas aos Açores, quatro das mulheres foram acolhidas pelas instituições que intervêm na problemática em questão. Só uma das mulheres entrevistadas foi acolhida por uma familiar, acabando, no entanto, por se afastar dela e por frequentar uma das instituições de apoio. No entanto, note-se que, no momento de chegada, todas tinham familiares nos Açores que, pela ausência de laços de proximidade ou por vergonha da condição dos(as) repatriados(as), nunca as apoiaram de alguma forma. Assim, dependendo do ano em que ocorreu a deportação, foram acolhidas pelas seguintes entidades: C.A.R. (que, atualmente, já não existe), Novo Dia e/ou ARRISCA. Saliente-se que, antes de decorrer a deportação, só uma das entrevistadas foi informada que iria ser apoiada institucionalmente nos Açores.

O tipo de apoio proporcionado pelas entidades varia segundo a situação em que se encontra a mulher. O apoio considerado mais importante é a colocação no mercado de trabalho, o qual, para as mulheres, poderá conferir estabilidade económica e, daí, pessoal. Todas já trabalharam nos Açores, em empregos temporários que conseguiram através da mediação das entidades, normalmente, como empregadas domésticas. No entanto, estando a maioria desempregada atualmente e sem perspetivas de emprego, é-lhes fornecido, a quatro delas, apoio monetário para pagar a renda do quarto, a alimentação e a medicação. Através das entidades são encaminhadas, também, para ocupações como o Programa PROSA (que a maioria já frequentou), para o Banco Alimentar e para subsídios como o Rendimento Social de Inserção, o Abono de Família e o Subsídio de Desemprego. Saliente-se que uma das mulheres entrevistadas, muito cedo deixou de depender do apoio institucional, tendo sido apoiada, emocionalmente e materialmente, pela senhora que a alugou um quarto.

Todas as mulheres entrevistadas, apesar de sentirem que dependem demasiado do apoio institucional para a sua sobrevivência, consideram-no essencial. No momento da chegada ao aeroporto dos Açores, como referido pelas entrevistadas, não tendo contato com familiares, é importante existir alguém que as acolha e as oriente pois, regressam devastadas, frustradas e revoltadas, *“Eu não sabia nada! Eu não sabia que tinha aqui a ARRISCA para ajudar… eu não sabia nada! Não me disseram que vinham pessoas buscar-me ao aeroporto, não me disseram nada! (…)”* (Zulmira, 42 anos).É através da mediação das instituições que obtêm trabalho, ocupações, apoios/subsídios e habitação. Assim, todas consideram o apoio e acompanhamento institucional crucial na integração na sociedade açoriana, no conhecimento de outras pessoas e na sua reabilitação pessoal. Algumas assumiram ter conseguido abandonar consumos de drogas devido ao acompanhamento proporcionado pelos(as) profissionais das organizações, *“(…) Eu sempre tive o Novo Dia (…) even quando eu estive na droga (…)”* (Zulmira, 42 anos).

Por outro lado, a dependência total do apoio institucional é percecionado como negativa para as mulheres que foram entrevistadas, uma vez que, autonomamente não conseguem obter trabalho, não vendo outra alternativa a não ser continuar a frequentar as instituições. Estas, por sua vez, orientam-nas para trabalhos precários, sem perspetivas futuras que permitam às mulheres planear as suas vidas, *“(…) para uma pessoa como eu, na minha situação, que quer, que só pede, por favor, que me deem um contrato (…) eu não preciso desse apoio! Porque quando eu tenho o meu ordenado direitinho todos os meses, eu não peço apoio, não peço ajuda (…)”* (Madalena, 54 anos). Assim, algumas consideram o apoio monetário insuficiente para cobrir todas as suas necessidades. Uma das mulheres considera desvantajoso esse apoio não ser somente distribuído pelos indivíduos deportados, enquanto outra, noutra perspetiva, afirmou ser um obstáculo à integração social dos indivíduos deportados, o seu isolamento nas instituições mencionadas no estudo, uma vez que, frequentá-las pode resultar na sua exclusão da sociedade açoriana e limitar as suas escolhas a diversos níveis.

Quanto às perceções sobre a sociedade açoriana, estas variam segundo experiências vivenciadas no meio desta e segundo as relações que estabelecem fora das instituições de apoio. As opiniões das entrevistadas divergem sendo que, no geral, começaram por ter uma visão pessimista da sociedade açoriana porque sentiam que esta as repudiava e evitava relacionar-se com elas. Com o passar do tempo e sentindo-se mais adaptadas, foram mudando a sua perspetiva para positiva, uma vez que, passaram a conhecer e a relacionarem-se com mais pessoas, criando laços de amizade, *“Eu dou-me bem com as pessoas. As pessoas não olham para mim como eu sou repatriada.”* (Laura, 52 anos);e, ainda, *“(…) no início, eles eram muito ignorantes (…) mas agora… eu conheço tanto, tanto pessoal aqui em São Miguel (…). Mas eu tenho muitas, muitas pessoas que sabem que eu sou repatriada, que gostam de mim pela pessoa que sou (…)”* (Madalena, 54 anos).

Contudo, no que concerne as perceções que a sociedade açoriana tem sobre as mulheres deportadas, as entrevistadas consideram que a maioria das pessoas tem uma visão pejorativa sobre elas, etiquetando-as como criminosas, drogadas e prostitutas, *“Não prestam, são prostitutas, são drogadas. É aquilo que pensam, you know?, que a gente não presta (…)”* (Zulmira, 42 anos) e, *“(…) aquele vem para cá, não presta, vem só desgraçar a vida aqui! (…)”* (Laura, 52 anos). No entanto, sentem que, hoje em dia, a sociedade as aceita melhor porque, com a evolução do fenómeno e a cada vez maior entrada de indivíduos deportados na região, a sociedade começa a ter outras perspetivas da problemática e está melhor informada sobre a situação dos indivíduos deportados, *“(…) «não deviam ter feito isso a vocês, vocês estavam lá há bastante tempo, vocês não foram lá de visita, vocês foram legais, mas vocês só não tiraram os papéis…»”* (Laura, 52 anos).

É de salientar, também, a opinião que as mulheres entrevistadas têm sobre os indivíduos deportados, grupo em que, pessoalmente e socialmente, as próprias se incluem, *“(…) só os repatriados não prestam para nada (…) eles querem ver os outros mal!”* (Laura, 52 anos). Note-se, então, que a visão que têm dos indivíduos deportados é negativa, acabando por reproduzir nesse grupo, a discriminação de que são alvo por parte da sociedade.

Deportadas pela prática do mesmo crime e obrigadas a regressar a um país que pouco conhecem e cuja língua não dominam, as trajetórias dessas mulheres passam a assemelhar-se, cada vez mais, quando chegam aos Açores. Aterram na ilha de São Miguel e são acolhidas por um(a) profissional da ARRISCA ou da Novo Dia, entidades que, a partir desse dia, começarão a fazer parte do seu quotidiano.

Revoltadas com a situação que vivem e obrigadas a abandonar os seus familiares, amigos(as) e todos as suas ambições, o cenário que se apresenta às mulheres deportadas é difícil, adicionando-se-lhe a sensação de desespero e incerteza por uma nova etapa de vida que não sabem em que culminará. Não conhecendo ninguém nos Açores, e não podendo recorrer a algum familiar porque já não os(as) vêm há muitos anos, a única alternativa que se lhes afigura é o acolhimento numa das entidades mencionadas. A sua integração social passa, então, a depender de todo o tipo de apoio que as entidades possam proporcionar-lhes. A sua sobrevivência e integração social é sustentada por essas, resultando na sua total dependência no que toca ao apoio físico, psicológico, material, habitacional, ocupacional, profissional e social. Através das entidades são orientadas para empregos que, no geral, contemplam a área das limpezas. Na impossibilidade de obter ou manter um trabalho, são encaminhadas para programas ocupacionais como o PROSA e, é-lhes fornecido, através das entidades, alguns apoios sociais como o Abono de Família, o Rendimento Social de Inserção e o Subsídio de Desemprego.

No geral, as mulheres deportadas consideram que a sua integração social na sociedade açoriana é precária pois, a dependência às instituições impossibilita-lhes a autonomização. Paralelamente, sentem-se estigmatizadas e discriminadas por essa sociedade, o que resulta no isolamento dessas mulheres em relação à mesma. A frequência numa das instituições mencionadas tem, como consequência, o envolvimento com outros indivíduos, logo à partida, originado nessas entidades e condicionado por elas. Por outras palavras, as relações sociais que estabelecem provêm, maioritariamente, dessas instituições, uma vez que, é difícil para as mulheres deportadas estabelecerem amizades fora delas. O facto de carregarem o estigma de “repatriadas”, facilita a criação de amizades com indivíduos que partilham das mesmas crenças e percursos de vida, ou seja, indivíduos também deportados.

No sentido de autonomizar as mulheres, as entidades acabam por limitar o seu acesso a diferentes vertentes da vida social devido à centralização de todos os serviços e apoios no mesmo local, resultando no isolamento daquelas. Vivendo um quotidiano à parte da sociedade açoriana e tendo poucas perspetivas relativamente ao seu futuro, o seu sentido de autonomização é, também, condicionado e têm como única hipótese de sobrevivência a permanência nas instituições.

**Tabela 2: Semelhanças e Contrastes no Perfil das Mulheres Deportadas**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Categoria** | **Subcategoria** |  | **Semelhanças** | **Contrastes** |
| 1. Perfil Demográfico das Mulheres Deportadas | 1.1. Informação Pessoal | Idade | Variam entre 35 e 54 anos. Ana-35; Cláudia-40; Zulmira-42; Laura-52; Madalena-54. |  |
| Local de Residência | Todas residem em Ponta Delgada. |  |
| Profissão/Ocupação | Zulmira, Cláudia, Laura e Ana estão desempregadas. | Madalena é empregada de limpeza. |
| Habilitações | Zulmira, Ana, Laura e Cláudia têm o 12º ano.  Zulmira e Ana obtiveram o 12º através do G.E.D. | Madalena tem o 9º ano. |
| Estado Civil | Madalena e Ana são ambas casadas.  Zulmira e Cláudia são solteiras. | Laura é viúva. |
| 1.2. Emigração para os EUA | Motivo | Todas emigraram com os pais que, em busca de melhor qualidade de vida, proporcionada por um salário maior, decidiram juntar-se a familiares previamente estabelecidos nos EUA. |  |
| Idade | Varia entre 1 e 12 anos: Cláudia -1; Ana – 2; Zulmira – 7; Madalena – 10; Laura – 12. |  |
| 1.3. Vida nos EUA | Local de Residência | Residiram todas na costa nordeste dos EUA. |  |
| Situação Familiar | Todas constituíram família. Laura e Ana tiveram 3 filhos(as) cada uma. Madalena, Zulmira e Cláudia tiveram 2 filhos(as) cada uma. | Madalena e Laura casaram-se nos EUA.  Ana, Zulmira e Cláudia nunca casaram. |
| Situação Laboral | Zulmira e Madalena não tinham trabalho. Traficavam droga.  Ana e Cláudia trabalharam desde adolescentes e tiveram vários empregos. | Laura era cabeleireira nos EUA. |
| Problemas vivenciados | Todas começaram a consumir drogas em jovens. | Laura roubava frequentemente (sofreu de cleptomania).  Madalena e Ana prostituíram-se.  Madalena e Cláudia sofreram de violência doméstica em criança.  Laura e Ana envolveram-se, frequentemente, em práticas consideradas desordeiras. |
| 2. Trajetórias | 2.1. Processo de Deportação | Motivo de Deportação | Todas foram deportadas por tráfico de droga. |  |
| Informação sobre comportamento criminal | Foram todas presas várias vezes antes de serem deportadas por tráfico de droga. | Madalena foi presa por prostituição. |
| Diligências efetuadas após conhecimento da deportação | Familiares de todas recorreram a um advogado especializado na área da Imigração para tentar evitar a deportação. |  |
| 2.2. Regresso e Vida nos Açores | Data | Varia entre 1997 – 2008: Ana-1997; Laura-1998; Madalena-2002; Zulmira-2007; Cláudia-2008. |  |
| Situação Laboral | Todas arranjaram trabalhos temporários, por intermédio das instituições, na área das limpezas em locais diferentes. | Madalena é a única que, hoje em dia, continua empregada no mesmo local de trabalho, todavia, sem estar efetiva. |
| Problemas vivenciados | Todas consideram que o apoio monetário fornecido pelas instituições é insuficiente; têm dificuldade em arranjar trabalho e/ou ficar efetiva; não têm condições habitacionais para receberem os familiares; não falam corretamente o português.  Nenhuma delas voltou a ver familiares desde que foi deportada.  Ana, Zulmira e Madalena voltaram a consumir droga após a deportação. | Laura envolveu-se com um homem que a batia frequentemente e, numa discussão violenta, acabou por matá-lo.  Madalena contraiu Hepatite B.  Ana já recorreu à prostituição para obter dinheiro e tem uma filha institucionalizada num lar.  Cláudia receia pelo futuro da sua bebé. |
| Quem as apoiou | Zulmira, Ana, Cláudia e Madalena foram, logo na chegada aos Açores, acolhidas e apoiadas por uma das entidades que trabalham junto do público deportado. | Laura foi acolhida e apoiada por uma familiar. |
| 3. Perceções sobre a Integração Social | 3.1. Sobre o apoio institucional | Tipo de apoio obtido | Zulmira, Madalena, Laura e Cristina recebem apoio institucional no que toca a alimentação, renda, medicação, orientação e/ou obtenção de emprego/ocupação e subsídios como o Rendimento Social de Inserção, Abono de Família, Subsídio de Desemprego. | Ana é apoiada pela senhoria da casa onde reside. |
| Considerações sobre o apoio | Todas referem o apoio institucional crucial na receção e acolhimento aquando do regresso; na obtenção de empregos, ocupações, apoios/subsídios; na reabilitação (na saúde, tanto a nível físico como psicológico) e na obtenção de amizades. | Ana referiu que a integração de indivíduos deportados numa mesma instituição é negativa uma vez que, devido à ausência de controlo sobre os seus consumos por parte das instituições, estes acabam por influenciar os recém-chegados a consumirem novamente.  Cláudia referiu a falta de compreensão e incapacidade das instituições para fazer mais e melhor. Considera negativo o apoio dessas ser distribuído por outros públicos e não só pelos indivíduos deportados. |
| 3.2. Sobre a sociedade açoriana | Como a sociedade as perceciona | Madalena, Zulmira e Cláudia consideram que a sociedade tem uma visão pessimista das mulheres deportadas, etiquetando-as como criminosas, drogadas e prostitutas. | Laura considera que a sociedade se divide em considerar os(as) deportados(as) como indivíduos desordeiros e conflituosos ou em considera-los injustiçados.  Ana considera que a sociedade, hoje em dia, aceita melhor os(as) deportados(as). |
| Como as mulheres percecionam a sociedade | Ana, Madalena e Laura têm uma visão positiva da sociedade açoriana por já terem criado laços de amizade. | Zulmira divide a sociedade açoriana entre bons e maus indivíduos, como em todo o lado, pelas suas palavras.  Cláudia considera a sociedade açoriana difícil e desconfiada. |

**2. A Exclusão Social como consequência da Deportação**

O termo «exclusão social», já foi elaborado e estabelecido por diversos sociólogos e teorias clássicas como as de Weber, Durkheim, Marx, Simmel, Interaccionismo Simbólico, etc. Este remete para interpretações e alcances diferentes e, na presente investigação, referir-se-á ao termo como as condições de vida das populações no que concerne a posição relativa dos indivíduos dentro de uma ou mais escalas de desigualdades sociais. Falar de exclusão social neste sentido é falar sobre desigualdades sociais, uma vez que, a desigualdade social se traduz num grau desigual de acesso a bens, serviços ou oportunidades criado por mecanismos sociais. Pode-se afirmar, então, que a exclusão social é um resultado da conjunção de diferentes níveis de desigualdades sociais que se encontram subjacentes à estrutura de uma determinada sociedade (Ferreira, 1995). O termo não tem o mesmo sentido para todos os que o usam e tem, ao longo dos tempos, sido examinado de diferentes perspetivas. “Surgirão discursos diferentes, sustentados por atores diferentes, sendo os diversos modos de posicionamento do problema relativos às diversas funções do discurso: função ideológica de ocultação ou função crítica da realidade social” (Clavel, 2004:21).

Segundo Clavel, a exclusão tem as suas raízes nas desigualdades socioeconómicas e culturais, acrescidas pelo aumento da pobreza e precariedade. Define-se como uma relação com um modo de vida dominante alargado às práticas sociais e difundido pela comunicação social, no qual algumas camadas sociais não estão objetivamente integradas, ou do qual os mais desfavorecidos se sentem excluídos subjetivamente. Existem alguns indicadores que permitem medir estes espaços de privação: condições de habitabilidade, educação (percurso escolar), formação, emprego e condições de trabalho, rendimentos, saúde, tempos de lazer e férias, redes de relações, equipamentos e bens de consumo, hábitos alimentares, etc. Assim, o termo exclusão sublinha o aspeto multidimensional e multiforme da pobreza, que não se reduz a uma simples falta de recursos. Os indivíduos ou os grupos podem permanecer ou à margem dos espaços de exclusão ou na sua fronteira, oscilando à menor rutura, seja de maneira transitória ou de forma duradoura (2004). A exclusão social corresponde, então, à última etapa de uma trajetória ou de uma combinação de situações extremas.

Ainda segundo Clavel, a situação de exclusão concentra os efeitos extremos de precariedade (caracterizada pelo carácter de incerteza, de aleatoriedade ou de irregularidade dos recursos) e/ou da pobreza (caracterizada pela insuficiência de recursos que se torna um obstáculo à participação no conjunto dos modos de vida socialmente reconhecidos), quando esta afeta vários domínios da existência, comprometendo a reconquista dos direitos de forma autónoma. Assim, a exclusão caracteriza-se pela simultaneidade de três dimensões: a) um somatório de várias situações objetivas de privação (emprego, rendimentos, direitos, etc.), de fechamento em espaços sociais ou económicos (alojamento, integração numa secção de educação social, etc.); b) uma relação social simbólica negativa, objetiva (estigmatização de um indivíduo, grupo, comunidade, etc.) ou subjetiva (auto-exclusão); e, c) uma rutura dos laços sociais tradicionais (perda de estatuto assalariado, rutura familiar, etc.) que resulta numa desqualificação social (2004:140).

***2.1. A Exclusão Social na Perspetiva Feminina***

Antes de mais, é lançada a questão: porquê aprofundar o tema da exclusão social especificamente no feminino? Porque continuamos a viver numa sociedade marcadamente patriarcal, em que o lugar do homem é mais valorizado que o da mulher. Como afirma Bourdieu, “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexuantes. Este programa social de perceção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo, e em primeiro lugar ao próprio corpo, na sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos em conformidade com os princípios de uma visão mítica do mundo enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela própria inscrita, com a divisão de trabalho, na realidade da ordem social” (1999:9). Por outras palavras, Bourdieu diz-nos que a divisão dos sexos entre masculino e feminino acarreta consigo uma divisão de estatutos e papéis em que um acaba por dominar o outro. Neste caso, ao homem é atribuído o estatuto de dominador e à mulher o de dominada. Daí, a importância em aprofundar determinadas problemáticas dividindo os géneros pois, cada um apresenta especificidades que não podem ser incorporadas no outro.

No que concerne as mulheres, a exclusão social é um sinónimo de pobreza. A nível global, as mulheres são dos indivíduos mais afetados pelas condições sociais e económicas dos países em que vivem. Embora a pobreza e exclusão social das mulheres seja uma realidade há muito existente, só recentemente, esta questão tem sido enfrentada de forma sistemática. Na realidade de cada um dos Estados-Membros da União Europeia, quase 17% das mulheres europeias estão classificadas como vivendo na pobreza considerando os indicadores relacionados com o mercado de trabalho e a proteção social (Plumb, 2010).

O desenvolvimento das sociedades tem conferido especificidades à mulher que, em determinados aspetos, a tornam mais vulnerável a processos de exclusão social. O atual contexto de crise económica, financeira e social tem contribuído para acentuar este problema uma vez que influencia diretamente as condições de trabalho e de vida das mulheres. Segundo a investigação de Rovana Plumb, sobre a pobreza no feminino na União Europeia, "as mulheres são mais pobres do que os homens, uma realidade comum a todos os Estados-Membros da União Europeia. Além disso, a contribuição das mulheres para o desenvolvimento da família, da sociedade e da economia é regularmente subestimado e subremunerado". De um modo geral, a problemática da feminização da pobreza e exclusão social é multifacetada pois, é transversal a várias áreas ou dimensões: família, mercado de trabalho, recursos económicos, educação e saúde (Pereirinha, 2008). As mulheres são mais afetadas no que concerne a taxas de emprego, salários, horários laborais, cargos de responsabilidade, partilha de tarefas domésticas e de cuidados e risco de pobreza. Como resultado auferem, em média, salários mais baixos, são mais afetadas pelo desemprego, têm menos proteção social devido a uma participação mais irregular na vida económica e constituem a maior parte das famílias monoparentais.

Contextualizado, de forma sucinta, o panorama geral e atual da feminização da pobreza e exclusão social importa, agora, esclarecer a situação das mulheres deportadas em São Miguel, revelando processos de exclusão social a que estão sujeitas.

O regresso aos Açores tem um impacto complexo na personalidade da deportada, que se depara com um espaço físico e social que desconhece ou conhece mal e com o qual não se identifica e, também, perante uma cultura e língua diferente da sua que não domina. Resultado desta “desidentificação” é, nomeadamente, a origem de processos que desencadeiam em exclusão social. O repatriamento torna-se, então, não só uma questão individual mas, também, uma questão social.

O afastamento e isolamento das mulheres deportadas, a diversos níveis (sem emprego, sem amigos, sem família, sem conhecimento da língua e da cultura açorianas), dificulta as possibilidades de poderem garantir a sua sobrevivência tanto social como física, levando-as para uma trajetória de exclusão social e para uma subsistência aquém do socialmente aceitável. “A rejeição por parte da sociedade em que atualmente vivem, ao negar aos indivíduos em questão as possibilidades sociais e materiais para se integrarem, favorece as condições para se concretizarem as expectativas que sobre eles recaíam” (Rocha, 1999:222). Conscientes da conotação negativa que a sua condição social carrega, as mulheres deportadas acabam por agir em função dela, preferindo rejeitar a sociedade e isolar-se dela e, simultaneamente, sujeitar-se aos apoios sociais proporcionados pelas organizações, em vez de tentarem autonomizar-se e viverem independentemente.

O enquadramento da deportada na esfera produtiva é difícil e pouco compatível, não só com as suas expetativas mas, também, em alguns casos, com as suas qualificações. À precariedade no emprego e dificuldade em obtê-lo, juntam-se outras combinações de situações extremas, como, por exemplo, a dificuldade habitacional, o afastamento da família, o pouco conhecimento da língua portuguesa e cultura açorianas, a dificuldade em criar laços fora das instituições, a ausência de participação na sociedade, acrescida do pouco ou nenhum reconhecimento que têm por parte dessa, as recaídas em consumos de droga e, para algumas, ainda, a prática de prostituição.

Não esquecendo o peso já contido na sua condição de deportadas, adiciona-se-lhe o facto de a sociedade as ver, também, como mulheres imigrantes ou estrangeiras, vindas de outro país. Segundo Morokvasic (1993, cit. Albuquerque, 2005), a posição das mulheres imigrantes nas sociedades desenvolvidas é determinada pela articulação de diferentes relações de poder, sendo as mais relevantes as relações de género e de classe e a relação das mulheres e estado-nação. Por outras palavras, ser mulher é um facto que condicionará muitos outros e, acrescido de ser imigrante, condicionará ainda mais a situação dessas mulheres. A questão de género é, então, de maior importância porque influencia as vivências das mulheres no geral e, especificamente, das mulheres deportadas em questões como as já referidas: a sua posição no mercado de trabalho, as suas relações sociais, o seu grau de autonomia, de participação na sociedade e integração social.

A maioria das políticas destinadas às mulheres deportadas não tem em conta os diferentes riscos e dimensões enfrentados especificamente por estas. Pelo simples facto de serem mulheres e de carregarem o rótulo de deportadas, estão mais expostas a processos de exclusão social, uma vez que, as suas particularidades não são consideradas no momento da criação de políticas de inclusão social. Particularidades, no que concerne as suas competências sociais, profissionais e, ainda, particularidades referentes às suas necessidades. Representando uma minoria dentro de uma minoria, as subjetividades das mulheres deportadas são, no geral, assimiladas nas dos homens, tendo como resultado uma objetivação das características do grupo como um todo e não das características específicas e singulares de cada género.

**3. Que entidades intervêm, na ilha de São Miguel, no âmbito da Deportação?**

Revestindo-se na forma de associação, a ARRISCA e a Novo Dia, são as organizações nos Açores, mais especificamente em São Miguel, que intervêm diretamente com o público deportado. Na Tabela 3, que segue após a descrição do perfil e organização dessas instituições, é sintetizada a sua caracterização e dados atuais sobre aos indivíduos deportados.

O associativismo não é uma ideia nova e tem sido desenvolvida desde o século XIX com diferentes pressupostos e para diferentes fins. No entanto, atualmente, reveste-se da maior importância porque assenta em ideais que se revelam como uma alternativa à crise a que se assiste, tanto económica como de valores, propondo uma auto-gestão e auto-organização do trabalho. Como afirma Hirst, é a resposta ao crescente individualismo, centralismo e burocracia (1996:15).

A associação é comumente definida como uma organização (que pode ou não estar sediada num espaço) e união de indivíduos numa iniciativa, formal ou informal, que partilha objetivos e ideais, normalmente, sem finalidade lucrativa. A prioridade é, através das suas ações, superar dificuldades e gerar benefícios para os que nela se incluem. É uma forma jurídica de legalizar a união de indivíduos em prol dos seus interesses na prossecução de objetivos que passam pela obtenção de melhores condições. É o ideal do coletivo, assente no exercício de cidadania e que, em parceria com outras redes de sociabilidade e solidariedade, busca a realização e satisfação do bem comum.

Tida como uma fronteira alternativa entre economia e política, no geral, as associações são organizações formais pois, constituem-se como instituições com enquadramento legal; são separadas do governo em termos de estrutura básica mesmo que recebam apoio desse; são formadas e autogovernadas por um grupo de indivíduos que se organiza e distribui entre si deveres e responsabilidades; dedicam-se à produção, implementação e distribuição de bens e serviços; e, prosseguem objetivos sociais para o bem comum e não a prossecução do lucro como único fim a atingir (Vidal, 2010; Ferreira, 2005). Os seus objetivos passam pela reorganização dos serviços existentes e criação de novos serviços; pelo aumento do papel dos seus membros; pela reivindicação de direitos políticos através da pressão que exercem sobre os poderes públicos; pela capacitação para uma maior participação na sociedade, apelando à redistribuição do poder; e, pela redução das desigualdades sociais através da mobilização coletiva e gestão de projetos sociais (Laville, 2009). De um modo geral, a finalidade a atingir é a negociação com agentes políticos e/ou económicos para a implementação de uma lógica que não prossiga somente fins mercantis e lucrativos nem uma lógica hierárquica de subordinação. Essas organizações pretendem, assim, suplantar tais lógicas através da criação de ações alternativas (Corry, 2010).

Na atual conjuntura, regida e orientada por princípios cada vez mais materialistas e individualistas, torna-se fulcral a fomentação de espaços de promoção e desenvolvimento de diálogo entre diferentes setores e grupos sociais. Espaços esses, abertos a repensar modos de intervenção que integrem iniciativas cuja finalidade seja a da democratização da sociedade. Tal como questiona Donati, será que, numa organização social em que coexistem a crescente afirmação de um individualismo reflexivo e a crise dos laços sociais fundadores da coesão social, se podem consolidar formas de mobilização coletiva regidas por valores como os da solidariedade, da reciprocidade e do diálogo público (cit. Monteiro, 2004:9)? A resposta a tal questão é afirmativa quando nos propomos a explorar a oportunidade criada pelo espaço e conceito do associativismo.

***3.1. A ARRISCA (Associação Regional de Reabilitação e Integração Sócio-Cultural dos Açores)***

A ARRISCA é uma associação sem fins lucrativos, sediada em Ponta Delgada e fundada em Janeiro de 2007. Reveste a forma de uma Instituição Particular de Solidariedade Social. Destina-se a cidadãos com idades superiores a 12 anos, incluindo as suas famílias e envolvente comunitária no âmbito da reabilitação e reintegração psicossocial, nas áreas de psiquiatria e saúde mental, alcoologia, toxicodependência, sem-abrigo, criminalidade e outros em mobilidade geográfica que se encontrem em situação de vulnerabilidade social grave.

A ARRISCA é constituída pelos seguintes serviços: Administrativo, Financeiro e de Recursos Humanos, Serviço Social, Serviço de Psicologia, Serviço de Integração Ocupacional e Laboral, Serviço de Enfermagem, Serviço Médico, Serviço de Animação e Serviço de Formação (Anexo 6) que, em articulação, trabalham junto de indivíduos que se enquadram numa das áreas mencionadas, em prol da sua integração social, principalmente, através da inclusão no mercado normal de trabalho.

De um modo geral, os seus principais objetivos são: promover a saúde mental e prevenir comportamentos de risco na comunidade (apelando à participação dos utentes, família e comunidade envolvente); promover a reabilitação e a integração pessoal, familiar, social e cultural em problemáticas de exclusão social em crianças/adolescentes, jovens e adultos (através de uma intervenção biopsicossocial articulada e adequada às necessidades do público-alvo); e, promover o aperfeiçoamento científico-cultural, técnico, organizativo, ético e humano da prática em reabilitação e integração sócio-cultural.

Através do Modelo Integrado e Sistémico de Cuidados Continuados, os seus princípios e práticas assentam na promoção da dignidade e respeito pelos direitos do indivíduo em situação de risco social, potencializando as suas competências e capacidades, de modo a contrariar o isolamento social e a tendência para a desmotivação e marginalização. Toda a sua filosofia e prática é orientada pelos princípios da universalidade, igualdade, equidade social, participação, inserção social, solidariedade, descentralização, diferenciação positiva, continuidade e valorização do utente/cidadão.

Entre as suas ações, promove uma política de prevenção do risco e da exclusão social dirigida a situações graves e que se apresentem como prioritárias; através dos seus serviços e apoios, promove estratégias de combate à exclusão social; fomenta a criação de mecanismos com o propósito de agilizar e articular a formação profissional com emprego protegido, apoiado e em mercado normal de trabalho, gerindo as respostas existentes; desenvolve relações de proximidade com entidades públicas e privadas através de protocolos com diversas instituições (deste modo apela à responsabilidade social das mesmas e à importância na contribuição da diminuição do estigma e discriminação de que os destinatários da ARRISCA são alvo); e, promove o desenvolvimento de um núcleo de apoio à família.[[15]](#footnote-15)

No momento da entrevista realizada à profissional da instituição, no que concerne dados relativos ao público deportado, a ARRISCA não mencionou quantos indivíduos apoiava, tendo indicado, contudo, que os principais motivos de deportação, para os homens, são abuso de substâncias e tráfico, roubos e assaltos, invasão de propriedade, condução sob efeito de álcool, ameaça de violência, violência doméstica e, em minoria, homicídios e abusos sexuais; e, para as mulheres, abuso de substâncias e tráfico, prostituição, roubo, assaltos e ameaça de violência. Afirmou ser, para os homens deportados, a construção civil, a principal área de inserção no mercado de trabalho e, a área das limpezas para as mulheres deportadas.

***3.2. A Novo Dia (Associação para a Inclusão Social)***

A Novo Dia é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sediada em Ponta Delgada e fundada em Janeiro de 2002. A prioridade desta instituição é o desenvolvimento e implementação de estruturas, iniciativas e ações capazes de dar resposta à realidade de exclusão social que existe na ilha de São Miguel. O público-alvo da Novo Dia é constituído por indivíduos deportados, imigrantes, sem-abrigo e outros públicos em mobilidade na sociedade açoriana. Atua ao nível da intervenção direta com esses indivíduos, sensibilizando e proporcionando acompanhamento psicológico, no sentido de promover a sua inserção social e prevenir e reduzir riscos em problemáticas como a toxicodependência e prostituição.

A associação é constituída por uma equipa multidisciplinar (Anexo 7) que intervém junto das comunidades mais desfavorecidas, visando a sua inclusão social através do apoio prestado na rua e nos centros de acolhimento de emergência e temporários. Através das redes e valências que integra, a Novo Dia pretende, no geral, promover o desenvolvimento pessoal e social do público-alvo através da formação de competências pessoais, sociais e profissionais; promover a sua inserção laboral e acompanhamento psicológico, em articulação com diversas entidades parceiras, no sentido da autonomização dos indivíduos.

É uma das instituições que integra a Rede de Apoio Integrado à Mulher em Situação de Risco de São Miguel, que tem como população-alvo mulheres em situação de risco social e/ou vítimas de violência e integra, também, a Rede de Suporte Sociocultural à Mobilidade Humana. Esta rede promove ações de suporte sociocultural que contribuem para a integração efetiva do público-alvo mencionado no parágrafo anterior. Neste sentido, intervém nos domínios do acolhimento, transição e integração transversal e permanente, tendo por base uma metodologia que assenta no desenvolvimento de um plano personalizado de intervenção.

Os princípios da instituição assentam na dignificação humana, a não discriminação e a promoção e acompanhamento dos indivíduos, no seu percurso de inserção, através da mobilização dos recursos existentes na sociedade e junto dos parceiros.[[16]](#footnote-16)

No momento da entrevista ao profissional da associação Novo Dia, no que concerne os dados sobre o público deportado que integra, os homens constituem a maioria apoiada, num total de 52. As mulheres apoiadas constituem, por sua vez, 4. Tal como a ARRISCA, o Novo Dia afirmou como os tipos de crime mais comumente praticados pelos homens, o tráfico e consumo de drogas e, ainda, furtos e invasão de propriedade. As mulheres são deportadas pelos crimes de tráfico e consumo, furtos e invasão de propriedade e, ainda, prostituição. Também como mencionado pela profissional da ARRISCA, a principal área de inserção no mercado de trabalho para os homens deportados é a construção civil e, para as mulheres, a área das limpezas.

**Tabela 3: Caracterização das associações ARRISCA e Novo Dia**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Categoria** | **Subcategoria** | **Novo Dia** | | **ARRISCA** |
| 1. Caracterização da Instituição | * 1. Público-Alvo | Indivíduos que se encontram em exclusão social;  Indivíduos deportados;  Sem-abrigo;  Ex-reclusos;  Toxicodependentes;  Alcoólicos;  Indivíduos que se prostituem;  Vítimas de violência;  Indivíduos com atrasos mentais | | Indivíduos toxicodependentes;  Indivíduos deportados |
| * 1. Serviços e Apoios prestados | Acolhimento com alojamento (2 centros para mulheres e 1 centro para homens):  - a Casa (Centro de Acolhimento Temporário para Mulheres em Risco);  - o Drop in (Centro de Emergência para Mulheres em Risco);  - o C.A.T.E. (Centro de Acolhimento Temporário de Emergência);  - a Unidade Móvel (Equipa de rua que apoia os sem-abrigo);  - o C.I.P.A. (Centro de Informação, Promoção e Acompanhamento de Políticas de Igualdade) | | Aprendizagem da língua portuguesa;  Receção no aeroporto no momento de chegada do indivíduo deportado;  Atividades a nível cultural (manutenção de referências americanas e introdução e articulação com referências portuguesas);  Programas de reabilitação psicossocial (valorização das capacidades, recursos do indivíduo e potencialização de necessidades);  Apoio na documentação para identidade legal portuguesa;  Plano Individual de Reabilitação (avaliação do indivíduo nas vertentes pessoal, social, familiar, profissional, ocupacional) efetuado pelo Serviço de Psicologia da instituição |
| * 1. Parceiros | IDSA[[17]](#footnote-17);  Rede de Suporte Sociocultural à Mobilidade Humana;  Rede de Apoio à Mulher em Risco;  CIPA;  Casa de Saúde;  ARRISCA;  Cáritas;  DGRS[[18]](#footnote-18);  PSP[[19]](#footnote-19);  Hospital Divino Espírito Santo;  Serviços governamentais | | Direção Regional das Comunidades  Novo Dia  Segurança Social |
| * 1. Organização da Instituição | Serviços específicos: Serviço Social, de Coordenação; o CIPA; a Unidade Móvel, Serviço de Administração e Serviço de Psicologia | | Serviços específicos: de Psicologia; de Serviço Social; de Inserção Sócio-Laboral; de Enfermagem; Médico; de Animação; de Formação; Centro de Atendimento e Acompanhamento; Serviço de Reabilitação e Tratamento de Toxicodependentes |
| 1. Dados sobre os Deportados | * 1. Número de indivíduos que apoia | Homens | 52 |  |
| Mulheres | 4 |  |
| * 1. Tipo de crimes | Homens | No geral, relacionados com droga: tráfico e consumo;  Furtos e invasão de propriedade | No geral, abuso de substâncias e tráfico mas, também, roubos e assaltos, invasão de propriedade, condução sob efeito de álcool, ameaça de violência, violência doméstica e, em minoria, homicídios e abusos sexuais |
| Mulheres | No geral, relacionados com droga: tráfico e consumo;  Furtos e invasão de propriedade;  Prostituição | No geral, abuso de substâncias e tráfico mas, também, prostituição, roubos e assaltos, ameaça de violência |
| * 1. Áreas de inserção | Homens | Construção Civil | Construção Civil |
| Mulheres | Empregadas de limpeza | Empregadas domésticas ou de limpeza |

Em que medida é que essas preenchem os requisitos relacionados com o associativismo no que concerne o caso específico das mulheres deportadas? Será que a atuação da ARRISCA e da Novo Dia corresponde às expetativas criadas por essas mulheres? Será que corresponde às expetativas das próprias instituições?

Debruçando-nos, novamente, sobre as trajetórias das mulheres deportadas, desde o momento da sua deportação até à sua chegada a São Miguel, território praticamente estranho para elas, pretendeu-se compreender quais as suas perspetivas do apoio institucional e, daí, quais as perceções sobre a sua própria integração social. Resta-nos compreender, através das considerações dos(as) profissionais das entidades mencionadas, agentes conhecedores da realidade da deportação, qual a perspetiva das suas próprias atuações.

Com a crise generalizada que se tem instalado nos últimos anos, tanto a ARRISCA como a Novo Dia, estão sendo afetadas em termos de meios e recursos financeiros e pessoais para a prossecução dos objetivos a que se propõem, o que tem como consequência uma maior vulnerabilização a situações de exclusão social, no público deportado enquadrado em cada uma dessas associações. Público que, saliente-se, regressa aos Açores com a expetativa de que serão apoiados e integrados na nova sociedade em que passarão a movimentar-se, “(…) *há uma expetativa comum a todos eles: é que eles vão ser ajudados. Todos são e acham que vão ser ajudados cá. E são. Menos que aquilo que provavelmente queriam, não da maneira como ambicionavam (…)”* (Profissional da Novo Dia).

Especificando as mulheres deportadas, estas, “(…) na maioria dos casos, ficam mais vulneráveis com a deportação e, em geral, têm mais dificuldades de integração” (Rocha e Borralho, 2012:100). O que se confirma pela entrevista à profissional da ARRISCA, *“ (…) as mulheres vêm menos mas vêm muito mais degradadas. Prostituição, tráfico de droga, assalto… (…), tudo uma consequência, muitas vezes, do consumo (…).”* Sem nenhum contato com familiares que há muito não veem, a situação extrema em que a maioria delas se encontra acaba por condicionar as suas ações e têm como única alternativa, para a sua sobrevivência, frequentar a serem apoiadas por uma das duas organizações.

Uma vez enquadradas nas organizações, a expetativa generalizada por todas as mulheres que foram entrevistadas, é a obtenção de um trabalho que possibilite a sua autonomia. Contudo, como afirmou o profissional da Novo Dia, “*(…) muitos [referindo-se à totalidade dos indivíduos deportados] acabam por ficar dependentes de apoios sociais porque estamos com uma taxa de desemprego enorme.”* Assim, a situação de exclusão social de que já são alvo acentua-se, ainda mais, pela incapacidade das organizações de orientarem os indivíduos para o mercado de trabalho. Estando sujeitas a pressões, as entidades acabam por manter as situações de exclusão social e por tornar, cada vez mais dependentes, o público com o qual intervêm, sem que haja uma procura de alternativas,*“(…) normalmente a ideia é autonomiza-los [aos deportados e deportadas]: arranjar trabalho, uma ocupação, depois um emprego e uma solução habitacional. Só que o emprego está muito difícil... (…)”* (Profissional da Novo Dia). Das poucas alternativas que restam às mulheres deportadas é, então, quando possível, a orientação para empregos na área das limpezas, *“(…) para as mulheres deportadas é muito difícil encontrar trabalho (…), eventualmente poderá ser as empresas de limpeza… uma escapatória (…).”* (Profissional da Novo Dia), o que, como referido pelas entrevistadas, é o trabalho que uma delas exerce atualmente e que as outras, estando desempregadas de momento, já exerceram no passado.

Forçadas a uma postura assistencialista, as organizações, ao contrário de buscarem soluções de compromisso que envolvam as mulheres deportadas na responsabilização dos seus percursos e, consequente autonomização, delimitam as suas oportunidades de ação pela dependência que criam nelas. Esta limitação é dificultada, ainda, pela discriminação e estigmatização de que as mulheres deportadas são alvo por parte da sociedade açoriana, como reconhecido pelos(as) profissionais entrevistados(as), *“(…) elas não se identificam com esta sociedade, elas não se sentem de cá. Elas sentem-se sempre estrangeiras ou imigrantes cá. E também acham que a sociedade não as recebe bem (…). Acho que isso é mútuo (…)”* (Profissional da Novo Dia).

Portanto, relancemos a questão: será que a ARRISCA e a Novo Dia correspondem às expetativas, não só das mulheres deportadas mas, também, as suas próprias em termos de atuação para a integração social desse público específico? De momento, é difícil responder a tal, tendo a conta a crise do Estado português que, ao mesmo tempo que delega e fragmenta responsabilidades suas para organizações sociais, exerce, também, uma enorme pressão nos meios e recursos que essas organizações são capazes de utilizar. Sendo o apoio da ARRISCA e da Novo Dia considerados essenciais para a sobrevivência daquelas mulheres torna-se, no entanto, crucial pensar alternativas para a integração das mesmas. Igualmente importante, é a rutura com a postura assistencialista das organizações que limita as capacidades desses indivíduos.

**4. Perceções sobre a Integração das Mulheres Deportadas**

A deportação ocorre após uma ou várias penalizações criminais que significam, para as mulheres alvo desse processo, o cumprimento de uma ou várias penas de prisão antes que culmine na sua deportação. Nalguns casos, acontece pouco tempo depois da ocorrência do crime, noutros casos, muitos anos depois. Tal como afirma Rocha e Borralho (2012:97), a deportação“(…) não é vista como um mero acidente na vida dos sujeitos, mas antes como um novo percurso e vida que interrompe o trajeto social e individual (…) e lhe comunica um novo destino e um novo sentido.”

Nesse novo percurso que se lhes afigura, note-se que as mulheres têm tendência a culpabilizarem-se pelo ocorrido, de se sentirem as responsáveis pelo crime que cometeram, *“(…) eu não podia fazer nada, a culpa foi minha, eu é que me pus naquela situação (…)”* (Madalena, 54 anos);*“(…) eu sabia que it was gonna happen, one day. Que ia suceder um dia. Eu sabia isso. Because a vida que eu tinha, vendendo droga e tudo, eu sabia que era… eu não sei como é que eles nunca me pegaram há anos atrás (…) because as charges [condenações] que eu tenho (…) eu sabia que ia vir aqui um dia (…)”* (Zulmira, 42 anos). Como se as repetidas permanências na prisão, anteriores à deportação, não fossem “castigo” ou penalização suficiente para corrigir o que é considerado, perante a lei americana, o seu comportamento criminoso.

Assim sendo, a deportação surge como a penalização considerada adequada para atos como os de tráfico e consumo de droga e/ou prostituição, crimes que podem desencadear na deportação do indivíduo designado como não cidadão de um país. No caso dos Estados Unidos da América, deportar é, simplesmente, um modo fácil e eficaz de fazer desaparecer os indivíduos, eliminá-los da sociedade, propondo uma cegueira a todos os problemas que podem surgir desse procedimento: separação das famílias, desenraizamento, isolamento, frustração, revolta. Uma série de sentimentos que os indivíduos que criam e debatem sobre a lei da deportação, provavelmente, nunca terão que sentir. As consequências da deportação nunca serão para eles(as) uma realidade. Nunca sentirão a inadaptação, a desidentificação, a obrigação de ter que começar de novo, o impacte que tem a separação imposta a uma família, como todas essas mulheres tiveram que viver e continuam a viver, diariamente, sentindo na pele a distância de um oceano e a impossibilidade de atravessá-lo para chegar a entes queridos. Porque estas mulheres, como constatado através das entrevistas, desde que foram deportadas para os Açores, ainda não tiveram a oportunidade de reaver os seus familiares, uma vez que, não lhes é permitido regressar aos EUA. Por sua vez, são poucos os familiares e, poucas as vezes, que vieram visitá-las aos Açores, ou por motivos económicos ou por receio das políticas de imigração: *“(…) a minha mãe tem medo. Vem cá e talvez não deixam ela voltar. Ela tem medo desta coisa dos repatriados, estas coisas todas (…) ela tem medo de vir aqui, porque a gente nunca sabe, hoje em dia (…)”* (Ana, 35 anos), situação em que se depreende o pouco conhecimento que os imigrantes residentes, naquele país, têm das políticas de imigração e dos seus direitos.

Denote-se que a deportação se torna viável para o indivíduo considerado não cidadão visto que, um cidadão americano, pela prática do mesmo crime, terá como penalização o cumprimento de pena de prisão. Deparamo-nos, então, com uma questão que assenta no critério da nacionalidade. Na ausência de nacionalidade americana, um não cidadão (como considerado o imigrante), terá como penalização a deportação para o seu país de origem, país desconhecido para grande parte desses indivíduos. Terá como penalização a expulsão de um país que o(a) viu crescer para outro que, à maioria, representa muito pouco ou, até mesmo, nada. Embora, tenham vivido, aprendido e socializado grande parte da sua vida nos EUA e os seus comportamentos e subjetividades tenham sido moldados nesse país, existe sempre o fator nacionalidade que distingue os emigrantes dos que não são emigrantes e os separa e desagrega em dois grupos, um deles, à partida, com mais direitos que o outro. A lei trata de modo diferente os dois grupos, uma vez que, cometido o mesmo crime, só os cidadãos não americanos são suscetíveis de serem deportados: *“(…) we get deported under a stupid law, it was really for terrorists. But they said, anybody convicted of a felony, anybody that´s not an american citizen convicted of a felony, is eligible for deportation”[[20]](#footnote-20)* (Ana, 35 anos).

Os critérios definidos na lei de deportação americana condenam ações e comportamentos assentes na formulação de um moralismo ditado por indivíduos que nunca, sequer, terão que pensar no que é passar por um processo como o da deportação. Um moralismo expresso numa literatura vaga e ambígua que dá lugar a diversas interpretações subjetivas. Um moralismo que condena comportamentos sem pensar nas possíveis consequências que as suas imposições acarretam. Assim, ao mesmo tempo que ditam os “maus comportamentos”, rotulam, muito negativamente, os indivíduos associados a estes, especialmente no que toca aos imigrantes, impondo, então, cada vez mais restrições ao seu acesso à nacionalidade americana.

No que concerne a atuação das entidades que intervêm no âmbito da deportação, destaca-se, pela informação fornecida pelas entrevistas, a dependência que acabam por impor aos deportados e deportadas. Ao mesmo tempo que as organizações promovem a autonomia daqueles indivíduos, funcionam, em contrapartida, como bloqueadores dessa autonomia.

Não desvalorizando a importância dessas entidades que, como demonstrado na investigação, é reconhecida pelas mulheres que foram entrevistadas, as instituições mencionadas (apesar de orientarem a sua intervenção para a promoção da integração desse público e para o respeito das suas diferenças), limitam e delimitam, contudo, as oportunidades de ação e de socialização do indivíduo deportado. Sendo uma mais-valia no momento de chegada do(a) deportado(a) aos Açores e, tendo como prioridade a orientação deste(a) no que será a sua nova vida e nova casa, funcionam, também, perversamente. Em primeiro lugar, na tentativa de integrarem socialmente os indivíduos deportados, acabam por incluí-los no mesmo espaço institucional, o que tem como único resultado, a aproximação desses indivíduos entre si e não a sua dispersão na sociedade. Ora, tendo que frequentar, numa base quase diária, o espaço dessas instituições para que essas possam proceder ao seu acompanhamento, é normal que estes iniciem relações de proximidade com outros indivíduos que partilhem de características e percursos semelhantes. Assim, a tentativa de inclusão na sociedade acaba por funcionar como exclusão desses indivíduos dentro do espaço que é a instituição. Para comprovar esta situação, basta verificar o dito e vivenciado pelas mulheres entrevistadas, ou seja, todas elas acabaram por se envolver (umas mais que uma vez), afetuosamente, com outros homens (ou mulher no caso de Zulmira) que também foram deportados. O que significa que as instituições de apoio acabam por excluir e isolar os(as) próprios(as) deportados(as) que, na tentativa de pertencerem a algum grupo e de se identificarem socialmente com outros, acabam por conviver com indivíduos que lhes estão perto e que partilham de uma trajetória comum.

Outro obstáculo decorrente da inclusão nas instituições sociais é a orientação (ou encaminhamento) para cargos desempenhados, na grande maioria das vezes, em ocupações que não conferem estabilidade económica. As mulheres deportadas vêem-se, desse modo, dependentes de decisões nas quais não têm qualquer poder. Basicamente, são obrigadas e frequentar programas (como o PROSA) que subsidia a sua participação por um montante por mês. A recusa à participação torna impossível esse apoio e restringe, também, o acesso a outros tipos de apoios proporcionados e autorizados pelas instituições. Para além de que, as saídas profissionais orientadas pelas instituições são limitadas a trabalhos desvalorizados socialmente (como o de empregada doméstica realizado por Madalena e o de jardineira realizado por Zulmira), o que, claramente, não integra socialmente. Tendo em conta o descrito, levanta-se a questão: como podem as mulheres deportadas ser autónomas e, consequentemente, sentirem-se e estarem integradas na sociedade açoriana, quando, frequentemente, as suas ações e comportamentos têm que estar, constantemente, sob o escrutínio das entidades que intervêm junto delas? Como podem ser autónomas quando cabe, unicamente, às entidades, decidir sobre os projetos de vida desses indivíduos quando, elas próprias estão sujeitas a pressões que, muitas vezes, não são capazes de controlar?

A análise das vivências relatadas, coloca em evidência a quase ausência de ligação com outras pessoas da comunidade açoriana, que não sejam profissionais ou familiares. Tal facto indicia um défice de integração social, processo que se estrutura em torno de relações interpessoais com membros da sociedade e o estabelecimento de redes de suporte social.

**5. CONCLUSÃO: QUE FUTURO PARA AS MULHERES DEPORTADAS?**

Num mundo que se afirma cada vez mais global e em que as suas diferentes sociedades se transformam a um ritmo alucinante e intravável, urge a necessidade de repensar novas formas de recomposição do tecido social para que se possa combater ao que se vem assistindo com o advento da globalização. Sob o olhar de Boaventura de Sousa Santos, temos vindo a ser dominados por uma globalização neoliberal que se tem ampliado rapidamente nos mais diversos contextos. Em processo de desenvolvimento nessa globalização neoliberal é o novo regime de acumulação do capital que visa, por um lado, libertar o capital dos vínculos sociais e políticos que, no passado, garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, obrigar as sociedades e os seus indivíduos a resignarem-se à lógica de mercadoria e mercado. Resultado desse processo desenfreado é uma distribuição desigual dos custos e das oportunidades que ocorre entre países e dentro de cada país em si (2008:9). Cenário visível: o aumento exponencial das desigualdades sociais entre os indivíduos.

Passando para o contexto específico que é Portugal, deparamo-nos com uma sociedade que é marcada por desigualdades sociais e uma estrutura social que insiste, ainda, em assentar em relações patriarcais. Submetidos à hierarquização do poder estão grupos de indivíduos como, por exemplo, as mulheres que, por questões de género, são obrigadas a sujeitarem-se a esse poder patriarcal pois, é-lhes, à partida, designado, socialmente, o papel e estatuto a que devem corresponder. Daí, a importância em salientar e valorizar o lugar que ocupam as mulheres e centrar especial atenção naquelas com vivências particulares, percursos das quais pouco se sabe e que não constam nas estatísticas oficiais, como se as suas vidas não se cruzassem diariamente com todos e todas nós.

Um dos preceitos fundamentais da Constituição Portuguesa é o princípio da igualdade como constatado no artigo 13: todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei independentemente da sua ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual. No entanto, em muitas situações e em muitas vivências, verifica-se a não aplicação desses direitos. Há uma cegueira inexplicável que insiste em tapar-nos os olhos a uma série de discriminações que acontecem, dia-a-dia, diante de nós. E uma delas é, sem dúvida, a situação das mulheres deportadas nos Açores que, obrigadas, se sujeitam a desigualdades e discriminações socialmente criadas e “coladas” às próprias que as carregam como rótulos e como sinas.

Obrigadas a abandonar as suas famílias e o país que as viu crescer, as mulheres que são alvo do processo de deportação acabam por pagar um duplo castigo pelos crimes que cometeram: a(s) pena(s) de prisão e a deportação que, para muitas, constitui o pior de todos. No regresso a São Miguel, deparam-se com uma sociedade que não as aceita e as rotula de criminosas por terem sido deportadas. Para além disso, com o pouco conhecimento que têm da língua e cultura portuguesas, a única alternativa que lhes resta é, então, frequentar uma das entidades que intervém na problemática da deportação: a ARRISCA e/ou a Novo Dia, associações que, com a sua visão ampliada das várias dimensões e fatores que interferem nas subjetividades dessas mulheres, funcionam como intermediárias entre agentes económicos e políticos, pressionando socialmente para a visibilidade de situações de discriminação e de exclusão social.

A fragmentação do Estado tem dado lugar a um movimento de alargamento dos intervenientes na vida da sociedade e de alguma mobilidade social. Focado no crescimento do poder económico, o Estado tem-se mostrado insuficiente na supressão de necessidades humanas, sejam elas físicas ou espirituais. Neste sentido, tem delegado diversas das suas funções à sociedade civil que, organizada, atua no sentido de suprir essas necessidades, fornecendo serviços do interesse coletivo e rompendo, simultaneamente, com antigas estruturas e racionalizações. A abertura a modelos económicos alternativos como são as organizações sociais da sociedade civil criam, então, um modo alternativo de governação, gestão e organização social.

A História tem demonstrado que grupos minoritários se têm emancipado de situações de exclusão e discriminação social através do sucesso obtido do seu envolvimento na esfera pública. Estando mais próximas do(a) cidadão(ã) comum, a promoção de uma causa entre uma organização social e um grupo minoritário, proporciona uma via para a sua participação ativa, para o desenvolvimento do seu conhecimento e para o exercício dos seus direitos. As organizações sociais constituem, principalmente, uma via para a mudança social. Atuando ao nível local, têm um conhecimento profundo do contexto onde se inserem, nomeadamente, dos sujeitos envolvidos, crenças, valores e princípios, dos problemas subjacentes, das necessidades sentidas, dos recursos existentes e dos fatores que podem influenciar a mudança.

Estando as mulheres deportadas mais expostas que os homens deportados a situações de discriminação e exclusão social, as estratégias de integração têm de ser especificamente pensadas e planeadas para a população feminina pois, estas mulheres necessitam de um esforço e um acompanhamento maiores. Neste sentido, é fundamental a renovação e reformulação de estratégias de intervenção que, realmente, surtam um impacte positivo nas suas vidas e na consciencialização da sociedade. É crucial dar-lhes visibilidade, envolve-las e tê-las como co-operadoras e decisoras, uma vez que, as alternativas para os problemas que vivenciam devem partir dos seus conhecimentos e experiências. Com base nesse conhecimento será possível, então, a criação e aplicação de políticas orientadas para as especificidades de género. Como tal, urge a necessidade de se produzir e difundir dados e informação desagregados por sexo, essenciais para o desenho e implementação de políticas públicas sensíveis ao género e que contemplem as especificidades de cada um(a). Se assim fosse, seriam as mulheres deportadas realmente integradas socialmente? Sentir-se-iam mais integradas? E como resultaria essa adequação na perspetiva da sociedade sobre essas mulheres?

As desigualdades sociais com as respetivas vulnerabilidades sociais comprometem a democracia social, económica e política em termos nacionais e globais. Perante as suas deficiências importa fazer um esforço teórico e prático no sentido de articular e complementá-la com diversos modos de democracia associativa, local e direata. De acordo com Moulaert (2000 cit. André e Abreu, 2006:127), o reconhecimento e a eventual resolução das formas mais agudas de exclusão só será possível se se encontrarem formas inovadoras de revelar necessidades, de cooperar e de democratizar a gestão pública. Salienta-se, então, a importância do associativismo na capacitação dos indivíduos, sendo que o desenvolvimento humano passa, sobretudo, pela promoção de mudanças estruturais que promovam a capacitação individual e coletiva no sentido de encontrar soluções para os problemas que os indivíduos vivenciam.

Destituídas da sua dignidade, importa destacar o papel crucial das organizações na integração das mulheres deportadas, vítimas de vários processos de exclusão. Numa verdadeira inclusão, impulsionada pela cooperação entre as organizações, as mulheres deportadas e a sociedade, certamente, mais portas se abrirão para essas mulheres e a sua participação e envolvimento na sociedade contribuirá, sem dúvida, para uma maior consciencialização da condição humana.

**6. BIBLIOGRAFIA**

André, I., Abreu, A.“Dimensões e espaços da inovação social” in *Finisterra*, XLI, 81, 2006, pp. 121-141

Afonso, G. P. (1998). “A expulsão de arguidos pelos Estados Unidos para Portugal” in *A Justiça nos dois lados do Atlântico – teoria e prática do processo criminal em Portugal e nos Estados Unidos da América*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Pp. 167-175

Albuquerque, R. “Para uma análise multidimensional da situação das mulheres: as relações entre género, classe e etnicidade” in *Imigração e Etnicidade – vivências e trajectórias de mulheres em Portugal*. (junho de 2005) SOS Racismo, Lisboa. Pp. 37-49

Alves, F. C. (2002). “A triangulação enquanto técnica de validação qualitativa” in *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano 36, n. 1, 2, 3. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Pp. 77-87

Baganha, M., et al. (2006). “International Migration and Its Regulation” in *The Dynamics of International Migration and Settlement in Europe – A State of the Art.* Amsterdão: Amsterdam University Press. Pp. 19-40

Baganha, Maria Ioannis, Marques, José Carlos (Novembro 2001). *Imigração e Política: o Caso Português*, Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

Boaventura de Sousa Santos (org.) (2008). “As vozes do mundo” in *Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos*. Vol. 6. Porto: Edições Afrontamento

Botelho, Manuel Roberto Mota (1998). *“*Expulsão de Portugueses pelos Estados Unidos da América e Canadá” in *A Justiça nos dois lados do Atlântico – teoria e prática do processo criminal em Portugal e nos Estados Unidos da América*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 176-184

Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Oeiras: Celta Editora

Brilhante, Miguel (1998). *As Representações Sociais do Repatriado: uma reflexão sociológica em torno das expectativas e projectos de vida.* Dissertação em Sociologia e Planeamento. Lisboa: Instituto Superior de Trabalho e da Empresa

Cardoso, Katia (2012). “De volta à pátria? Os deportados Cabo-Verdianos dos Estados Unidos da América” in Iolanda Évora e Sónia Frias (org.), in *Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África*. Lisboa: CEsA. Pp. 63-77 [<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/5-KatiaCardoso.pdf>]

Clavel, G. (2004). *A Sociedade da Exclusão: compreendê-la para dela sair*. Porto: Porto Editora

Corry, O. (2010). “Defining and Theorizing the Third Sector”, in Taylor Rupert (ed.), *Third Sector Research*, Springer, pp. 11-20

Constituição da República Portuguesa, VII Revisão Constitucional (2005)

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2005). Lisboa: Temas e Debates

Ferreira, J. M. Carvalho, Peixoto, J., Carvalho, A. S., Raposo, R., Graça, J. C., Marques, R. (1995). *Sociologia*. Lisboa: McGraw-Hill

Ferreira, S. (Março de 2005). “O que tem de especial o empreendedor social? O perfil de emprego do empresário social em Portugal”, *Oficina do CES* 223 [http://www.ces.uc.pt/publicações/oficina/223/223.pdf]

Fortin, M.-F. (2009). *Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação*, Loures: Lusodidacta

Gerring, J. (2007). *Case Study Research – Principles and Practices.* New York: Cambridge University Press

Giddens, A. (2004). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Goffman, E. (1980). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores

Henriques, E. B., Esteves, A. (2010). “As ilhas como pontos focais no espaço das migrações: práticas transnacionais na emigração açoriana” in *Aproximando mundos – emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares – Actas da Conferência Internacional*, Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Pp. 279-300

Hirst, P. (1996). *Associative democracy – new forms of economic and social governance*. Cambridge: Polity Press

Holstein, J. e Gubrium, J. (1994). “Phenomenology, Ethnomethodology and Interpretative Practice”, Cap. 16 in Denzin, N. e Lincoln, Y. *Handbook of Qualitative Research.* Thousand Oaks: Sage Publications. Pp. 262-285

Human Rights Watch (julho 2007). “Forced Apart: families separated and immigrants harmed by United States deportation policy”, Volume 19, n. 3 (G) [<http://cw.routledge.com/textbooks/9780415996945/human-rights/hrw-july-2007.pdf>]

Itzigsohn, J. (2005). “Globalização e migração nas Américas: a formação de um sistema de integração regional” Cap. 2 in Barreto, A. (Org.). *Globalização e Migrações*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. Pp. 45-71

Kanstroom, D. (2000). “Deportation, Social Control and Punishment: some thoughts about why hard laws make bad cases” in *Legal Studies Research Paper Series*, n. 2000-11. Boston: Boston College Law School, pp. 1890-1935 [http://ssrn.com/abstract=715208]

Kanstroom, D. (2011). “The right to deportation counsel in Padilla v. Kentucky: the challenging construction of the Fifth and a Half Amendment” in *Legal Studies Research Paper Series*, n. 235, Boston: Boston College Law School, pp. 1461–1514 [http://ssrn.com/abstract=1911557]

Laville, J.-L. (Março de 2009). “A Economia Solidária: um movimento internacional” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 84, pps. 7-47

Massey, Douglas, S. (2008). *New faces in new places: the changing geography of American immigration*. Nova Iorque: Russel Sage Foundation

Monteiro, A. A. (2004). *Associativismo e Novos Laços Sociais*. Coimbra: Quarteto

Peixoto, João. “As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas” in *SOCIUS Working Papers*, n.º 11/2004, Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa [<http://mim2010.eu/wp-content/uploads/2010/11/joa-peixoto-teorias-explicativas.pdf>]

Pereirinha, J. A., Nunes, F., Bastos, A., Casaca, S. F., Fernandes, R., Machado, C. (2008). *Género e Pobreza: impacto e determinantes da pobreza no feminino*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

Plumb, R. (2010). *O rosto da pobreza feminina na União Europeia*. União Europeia: Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros

Quivy, R., e Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais.* Lisboa: Gradiva

Rainer, Baubock, et al., (2006). “Migrants´ Citizenship: Legal Status, Rights and Political Participation” in *The Dynamics of International Migration and Settlement in Europe – A State of the Art.* Amsterdão: Amsterdam University Press. Pp. 75-98

Rocha, Gilberta Pavão Nunes, Medeiros, Octávio H. Ribeiro de, Diogo, Fernando Jorge A., Tomás, Licínio M. Vicente (1999). “Repatriados e Integração Social na Ilha de São Miguel” in Revista *População e Sociedade*. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, pp. 221 – 253

Rocha, Gilberta Pavão Nunes, Ferreira, Eduardo, Mendes, Derrick (2011). *Entre dois mundos: Emigração e Regresso aos Açores*. Governo dos Açores/Secretário Regional da Presidência/Direcção Regional das Comunidades: Universidade dos Açores/Centro de Estudos Sociais

Rocha, G. P. N., Borralho, A. (2012). *Emigrantes Deportados nos Açores*. Centro de Estudos da Universidade dos Açores

Rodrigues, João Paulo Soares (2010). *O Repatriamento nos Açores: da emigração à reinserção*. Dissertação de Candidatura ao Grau de Mestre no âmbito do Mestrado em Relações Interculturais, Lisboa: Universidade Aberta

Stake, R. (1994). “Case Studies” Cap. 14 in Denzin, N. e Lincoln, Y. *Handbook of Qualitative Research.* Thousand Oaks: Sage Publications. Pp. 236-247

Vidal, I. (2010). “Social Economy” in Taylor Rupert (ed.), *Third Sector Research*, Springer, pp. 61-71

Xiberras, M. (1993). *As Teorias da Exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget

**Webgrafia consultada:**

<http://www.arrisca.pt/> (Disponível a 31/11/2011)

<http://www.novodiacipa.org/novo-dia/sobre-o-novo-dia.html> (Disponível a 31/11/2011)

<http://mim2010.eu/wp-content/uploads/2010/11/joa-peixoto-teorias-explicativas.pdf> (Disponível a 10/12/2011)

<http://www.algosobre.com.br/geografia/migracoes-populacionais.html> (Disponível a 13/12/2011)

<http://ciencia.hsw.uol.com.br/migracao-humana1.htm> (Disponível a 13/12/2011)

<http://conceito.de/migracao> (Disponível a 13/12/2011)

<http://immigration.lawyers.com/deportation/Deportation-and-Removal-Process.html> (Disponível a 18/01/2012)

<http://www.bc.edu/schools/law/fac-staff/deans-faculty/kanstroomd.html> (Disponível a 18/01/2012)

<http://www.lawyers.com> (Disponível a 22/01/2012)

<http://www.immigrantsassistancecenter.com> (Disponível a 01/02/2012)

<http://www.riac.azores.gov.pt/RIAC/conteudos/servico/servico388.htm> (Disponível a 02/02/2012)

<http://apps.uc.pt/courses/PT/course/921/2012-2013> (Disponível a 28/06/2012)

**ANEXOS**

ANEXO 1

**Deportações por ano e origem para os Açores**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Bermudas** | **Canadá** | **E.U.A.** | **Total** |
| Sem  informação | 0 | 15 | 52 | 67 |
| **1987** | 0 | 1 | 0 | 1 |
| **1989** | 0 | 2 | 2 | 4 |
| **1990** | 0 | 2 | 5 | 7 |
| **1991** | 0 | 0 | 8 | 8 |
| **1992** | 0 | 4 | 12 | 16 |
| **1993** | 0 | 0 | 26 | 26 |
| **1994** | 0 | 5 | 16 | 21 |
| **1995** | 0 | 18 | 18 | 36 |
| **1996** | 0 | 11 | 15 | 26 |
| **1997** | 0 | 12 | 33 | 45 |
| **1998** | 0 | 12 | 44 | 56 |
| **1999** | 0 | 8 | 77 | 85 |
| **2000** | 0 | 13 | 50 | 63 |
| **2001** | 0 | 10 | 61 | 71 |
| **2002** | 0 | 5 | 25 | 30 |
| **2003** | 0 | 8 | 37 | 45 |
| **2004** | 0 | 13 | 56 | 69 |
| **2005** | 0 | 11 | 57 | 68 |
| **2006** | 0 | 7 | 66 | 73 |
| **2007** | 1 | 9 | 53 | 63 |
| **2008** | 0 | 14 | 67 | 81 |
| **2009** | 0 | 17 | 40 | 57 |
| **2010** | 1 | 14 | 50 | 65 |
| **Total** | **2** | **195** | **846** | **1083** |

<http://www.mundoacoriano.com/pdf/Mundo_Acoriano_AlziraSilva28072011.pdf>

ANEXO 2

**Guião de Entrevista às Mulheres Deportadas**

I. Perfil da Mulher Deportada

1. Dados pessoais: nome, idade, local de residência, profissão/ocupação
2. Com que idade foi viver para os EUA?
3. Com quem foi viver para os EUA?
4. Qual o motivo da mudança?
5. Exercia alguma atividade?
6. Se sim, qual?
7. Quais as suas habilitações?
8. Possui família nos EUA?
9. Se sim, como é constituída?
10. Possui ou possuía habitação nos EUA?
11. Se sim, com quem vivia?
12. É casada?
13. Se sim, há quanto tempo?
14. Tem filhos?
15. Mantém contato com a sua família?
16. Como efetua esse contato e com que frequência?
17. A sua família já a visitou em São Miguel?
18. Se sim, quando e quantas vezes?

II. O processo de deportação

1. Quando ocorreu a sua deportação para os Açores? (data)
2. Que tipo de ilegalidade cometeu?
3. O que a levou a cometer a ilegalidade?
4. Como soube que ia ser deportada?
5. Que idade tinha?
6. Cumpriu pena de prisão anterior à deportação?
7. Se sim, quando, onde e por quanto tempo?
8. Tentou, de algum modo, impedir o processo de deportação?
9. Se sim, que procedimentos efetuou?
10. Recorreu a algum tipo de apoio anteriormente à deportação?
11. Se sim, que tipo de apoio?
12. E em que instituição?

III. Chegada e vida nos Açores

1. O que sentiu quando soube que ia ser deportada para os Açores?
2. O que sentiu quando chegou aos Açores?
3. Que expetativas tinha relativamente à sua vinda para os Açores?
4. Com que frequência visitava os Açores antes de ser deportada?
5. O que sente relativamente à sociedade açoriana?
6. Como acha que a sociedade açoriana a perceciona a si e a outras mulheres na mesma situação?
7. Quais as suas maiores dificuldades?
8. O que gostaria de poder concretizar?
9. Que competências e capacidades considera que possui?

IV. O apoio institucional

40. Quem a acolheu nos Açores: família ou uma instituição?

41. Se foi uma instituição, qual?

42. Continua a receber apoio dessa instituição?

43. Se sim, que tipo de apoio lhe fornece?

44. Considera que todo o apoio fornecido é o suficiente para a sua integração social na sociedade açoriana?

45. Quais as vantagens do apoio?

46. E desvantagens?

47. Se pudesse mudar algo no tipo de apoio prestado o que mudaria?

48. E se pudesse acrescentar algo, o que acrescentaria?

ANEXO 3

**Guião da Entrevista à ARRISCA**

1. Caracterização da instituição

* Que público acolhe;
* Que serviços presta;
* Que apoios fornece;
* Quem são os parceiros.

1.2. Que apoios pode a ARRISCA fornecer, especificamente, para as mulheres deportadas?

1.3. Que dificuldades sentidas pela instituição no caso das mulheres?

1.4. Existem projetos da instituição, especificamente, direcionados para as mulheres deportadas?

1.5. Se sim, em que áreas?

2. Dados sobre os/as deportados/as

2.1. Quantos indivíduos apoia a ARRISCA?

* Quantos homens;
* Quantas mulheres.

2.2. Qual a média de deportados/as que apoia anualmente?

2.3. Quais os crimes dos homens?

2.4. Quais os crimes das mulheres?

2.5. Porque existem mais homens deportados que mulheres?

2.6. Quem recorre mais ao apoio da ARRISCA?

2.7. Quem tem mais apoio familiar: homens ou mulheres?

2.8. Existem diferenças no processo de inserção profissional entre homens deportados e mulheres deportadas?

2.9. Se sim, quais?

2.10. Quais as áreas de inserção das mulheres deportadas?

2.11. Quais as suas competências e capacidades?

2.12. Como medem o sucesso da inserção profissional?

2.13. Qual a taxa de sucesso das mulheres?

3. Comportamentos dos/as deportados/as

3.1. As mulheres deportadas mantêm relação entre si?

3.2. Como são percecionadas pela sociedade açoriana?

3.3. E como percecionam a sociedade açoriana?

3.4. Quais os seus hábitos e comportamentos dentro da sociedade?

3.5. Quais as suas expetativas na chegada aos Açores?

3.6. Quais os maiores obstáculos para elas? (emprego, família, sociedade, relações amorosas, etc.)

3.7. Considera que as mulheres deportadas se sentem motivadas a iniciar uma nova vida?

ANEXO 4

**Guião de Entrevista à Novo Dia**

Nome:

Profissão:

1. Caracterização geral da instituição

* Que público acolhe, que serviços, apoios prestam e como os prestam, parceiros.
* Projetos a decorrer.

2. Dados sobre os/as deportados/as

2.1. Quantos indivíduos deportados apoia a Novo Dia?

* Quantos homens;
* Quantas mulheres.

2.2. Existe algum apoio específico para as mulheres deportadas?

2.3. E projetos específicos?

2.4. Se sim, em que áreas?

2.5. Qual a média de deportados/as que apoia anualmente?

2.6. Quais os crimes dos homens?

2.7. Quais os crimes das mulheres?

2.8. Porque existem mais homens deportados que mulheres?

2.9. Quem recorre mais ao apoio da Novo Dia?

2.7. Quem tem mais apoio familiar: homens ou mulheres?

2.10. Existem diferenças no processo de integração social entre homens deportados e mulheres deportadas?

2.11. Se sim, quais?

2.12. Que dificuldades sentidas pela instituição no caso das mulheres?

3. Comportamentos dos/as deportados/as

3.1. As mulheres deportadas conhecem-se entre si? E mantêm relação entre si?

3.2. Como são percecionadas pela sociedade açoriana?

3.3. E como percecionam a sociedade açoriana?

3.4. Quais os seus hábitos e comportamentos dentro da sociedade?

3.5. Quais as suas expectativas na chegada aos Açores?

3.6. Quais as suas capacidades e potencialidades?

3.7. E as maiores dificuldades e obstáculos?

3.8. Considera que as mulheres deportadas se sentem motivadas a iniciar uma nova vida?

3.9. Como considera o apoio fornecido aos indivíduos abrangidos pela Novo Dia no geral e, especificamente, no caso das mulheres deportadas?

ANEXO 5

**Entrevista**

O guião de entrevista que segue insere-se no âmbito da tese de dissertação, em elaboração pela discente Joana Furtado, do Mestrado de Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, lecionado no ano letivo do 2010/2012 na Universidade de Coimbra. O objetivo da entrevista é recolher informação relativa ao processo de deportação de indivíduos dos E.U.A. para os Açores, principalmente, no que concerne as mulheres que são alvo de deportação. A entrevista é composta por três grupos, sendo que o primeiro aborda o processo de deportação, o segundo foca o perfil dos deportados/as e, o terceiro, o apoio prestado aos mesmos/as. Agradeço a sua atenção e disponibilidade.

**I - O processo de deportação**

1. Quando se deu o início da deportação de indivíduos dos EUA para os Açores?

2. Desde que existe deportação de indivíduos para os Açores, aproximadamente, quantos homens e quantas mulheres já foram deportados(as)?

3. Quando é que se registaram os primeiros casos de mulheres deportadas?

4. Quais os fundamentos legais da deportação?

5. Quais os fundamentos políticos da deportação?

6. Existem razões económicas associadas?

**II – O perfil dos deportados**

**II 1 - Dados provenientes de estudos**

1. Existe algum estudo sobre o perfil dos deportados?

Sim …. Não …

Por favor, identifique o estudo:

2. Quais são os estados de onde provêm os indivíduos açorianos que serão deportados?

3. Existem diferenças em relação à proveniência das mulheres?

4. Quais os crimes cometidos pelas mulheres?

5. Qual a média de idades das mesmas?

6. Qual o perfil das mulheres deportadas?

A nível social:

A nível profissional:

**II 2 - Perceções sobre o perfil das deportadas**

1. Quais as suas estruturas familiares?

2. Que problemas vivenciados por estas mulheres anterior à sua deportação?

3. Que medos e dificuldades sentem estas mulheres durante todo o processo de deportação anterior à chegada aos Açores?

4. Que expetativas têm sobre a sua futura vida nos Açores?

5. Conhece as capacidades e potencialidades destas mulheres?

**III - O Apoio prestado aos deportados**

1. Antes da deportação é prestado algum apoio aos indivíduos?

2. Também é prestado apoio à família?

3. Que tipo de apoio é prestado?

4. Que entidade presta esse apoio?

5. O apoio é prestado por uma pessoa com uma profissão específica?

Sim… Não…

Qual?

6. Quais as dificuldades sentidas pelo New Bedford´s Immigrant Assistance Center, Inc. na prestação de apoio aos indivíduos que irão ser deportados?

7. Quais as dificuldades sentidas pelo centro relativamente às mulheres que serão deportadas?

8. Existe alguma continuidade de ligação entre o centro e as mulheres em questão, após a sua deportação para os Açores?

Sim …. Não …

9. Se sim, como se efetua?

10. Como mantêm as mulheres deportadas ligação com as famílias que são obrigadas a deixar?

11. Sabe se no momento de chegada aos Açores, as mulheres recebem algum apoio?

Sim … Não…

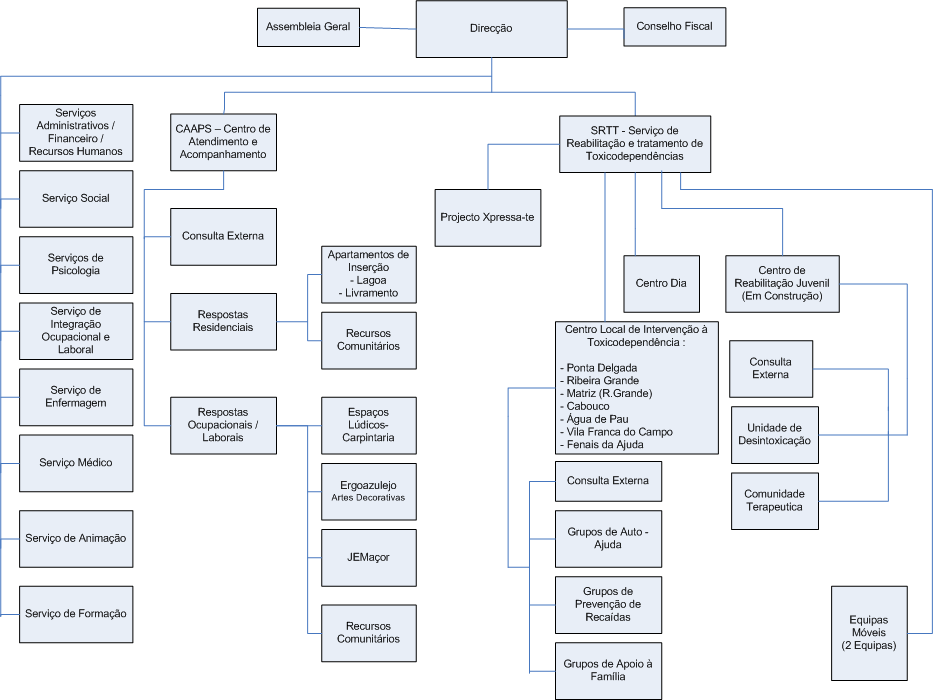
12. Se sim, que tipo de apoio?

13. Considera que, após a deportação para os Açores, as mulheres são socialmente integradas?

Muito Obrigada

ANEXO 6

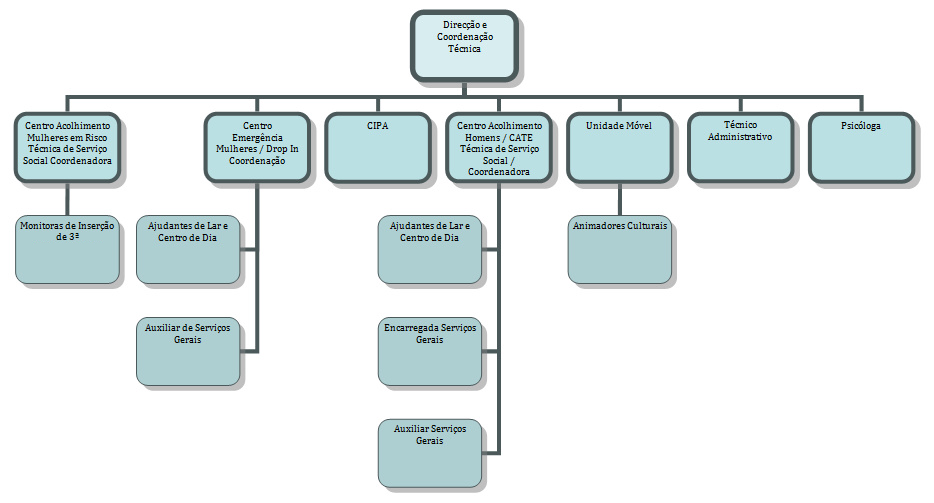
Organograma da ARRISCA



http://www.arrisca.pt/organograma.htm

ANEXO 7

Organograma da Novo Dia

****

http://www.novodiacipa.org/novo-dia/quem-somos.html

1. Citação retirada do site da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra na parte referente aos objetivos do mestrado mencionado. [<http://apps.uc.pt/courses/PT/course/921/2012-2013>] [↑](#footnote-ref-1)
2. Por preconceito, entenda-se as opiniões ou atitudes partilhadas por membros de um grupo acerca de outro e que são, muitas vezes, baseadas em rumores e não em provas diretas o que, por sua vez, se constitui como uma resistência à mudança mesmo face a novas informações. (Giddens, 2004:252) [↑](#footnote-ref-2)
3. Os estereótipos (nos quais assentam os preconceitos) são categorizações fixas e inflexíveis de um grupo de pessoas. São aplicados, geralmente, a grupos minoritários que, podendo possuir um fundo de verdade são, no entanto, altamente exagerados. Os estereótipos constituem um mecanismo de deslocação, pelo qual sentimentos de hostilidade ou raiva são dirigidos contra sujeitos que não são a verdadeira origem desses sentimentos. Tornam-se parte integrante das perceções culturais e são difíceis de eliminar mesmo constituindo uma clara distorção da realidade. (idem, 2004:252) [↑](#footnote-ref-3)
4. Um grupo minoritário (ou, também, minoria étnica) é constituído por membros que estão em desvantagem em relação à maioria da população e têm um certo sentido de solidariedade de grupo pois, pertencem ao mesmo grupo. Geralmente, o facto de serem objeto de preconceito e estereótipos amplifica os sentimentos de lealdade e interesses comuns. (ibidem, 2004:250) [↑](#footnote-ref-4)
5. http://www.lawyers.com [↑](#footnote-ref-5)
6. Definição segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, página 2706. [↑](#footnote-ref-6)
7. Informação retirada do site <http://immigration.lawyers.com/deportation/Deportation-and-Removal-Process.html>. [↑](#footnote-ref-7)
8. Dados fornecidos pela Direção Regional das Comunidades, entidade governamental responsável pela área das comunidades emigradas e imigradas. [↑](#footnote-ref-8)
9. PROSA ou Programa Social de Ocupação de Adultos, tem como destinatários Instituições Particulares de Solidariedade Social, Santas Casa da Misericórdia e Serviços Públicos dependentes da Administração Central, Regional e Local, abrangendo, ainda, públicos inseridos nessas diferentes entidades. O PROSA pretende: a) melhorar a empregabilidade dos desempregados ocupados, favorecendo a criação de hábitos de trabalho e de um melhor conhecimento do mundo laboral; b) promover a aproximação entre potenciais empregadores e os desempregados com menor empregabilidade; e c) criar mecanismos de inserção e reinserção social em sinergia com projetos de luta contra a pobreza. [<http://www.riac.azores.gov.pt/RIAC/conteudos/servico/servico388.htm>] [↑](#footnote-ref-9)
10. C.A.R. ou Centro de Apoio ao Repatriado foi a primeira organização em São Miguel a intervir na problemática da deportação, nomeadamente, em prol da integração social dos indivíduos deportados. Assente na reabilitação socioprofissional, o C.A.R. extinguiu-se após a criação da associação Novo Dia, em 2002. [↑](#footnote-ref-10)
11. Tradução: “I´m going to be honest with you, I didn´t care what happened. I didn´t care if I died, I didn´t care if I lived (…). –“ Vou ser honesta contigo, não me importava com o que acontecesse. Não me importava se morresse, não me importava se vivesse (…).” [↑](#footnote-ref-11)
12. Tradução: “(…) if it wasn´t for them [Novo Dia] I really wouldn´t have met nobody, you know (…)”- “(…) “Se não fossem eles [a Novo Dia], não teria conhecido ninguém, sabes? (…).” [↑](#footnote-ref-12)
13. Tradução: “(…) they judge you before they get to know you. In America, they get to know you and then they judge you. (…)” – “(…) eles julgam-te antes de te conhecerem. Na América, eles conhecem-te e depois julgam-te (…)” [↑](#footnote-ref-13)
14. Tradução: “I know more açorianos that are no more good than the deportees (…).”; “(…) the people here… notice everybody likes to talk! (…) you have to kind of not talk to your neighbors, not tell your life to nobody because as soon as you do that it will be the talk of the street (…).” – “Eu conheço tantos açorianos como deportados que não prestam (…)”; “(…) as pessoas aqui… note-se que toda a gente gosta de falar! (…) o melhor é não falar com os teus vizinhos, não contar da tua vida a ninguém porque, mal o faças, será o tema de conversa da rua (…).” [↑](#footnote-ref-14)
15. Definição e descrição da ARRISCA e dos seus objetivos, práticas e princípios retirada do site oficial da associação: [http://www.arrisca.pt](http://www.arrisca.pt/). [↑](#footnote-ref-15)
16. Definição e descrição da Novo Dia e dos seus objetivos, práticas e princípios retirada do site oficial da associação: <http://www.novodiacipa.org/novo-dia/sobre-o-novo-dia.html> [↑](#footnote-ref-16)
17. Instituto de Desenvolvimento Social dos Açores [↑](#footnote-ref-17)
18. Direção Geral de Reinserção Social [↑](#footnote-ref-18)
19. Polícia de Segurança Pública [↑](#footnote-ref-19)
20. Tradução: “(…) we get deported under a stupid law, it was really for terrorists. But they said, anybody convicted of a felony, anybody that´s not an american citizen convicted of a felony, is eligible for deportation.” – “(…) somos deportados segundo uma lei estúpida que era, na realidade, para terroristas.Mas disseram, alguém condenado por um crime, que não seja cidadão americano e esteja condenado por um crime, é elegível para deportação.” [↑](#footnote-ref-20)